



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 130 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1968 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

Na Guiné

TROPA DE SALAZAR CAPITULA!

CONAKRY (Do Correspondente) - O colonialismo fascista de Salazar sofreu em Abril, na Guiné, uma derrota que, embora não seja militarmente a mais expressiva, é politicamente a mais desmoralizante. Pela primeira vez em quatro anos de guerra, a guarnição de um quartel capitulou, entregando-se com todas as suas armas ao adversário.

O histórico acontecimento verificou-se no sector de Cand-

jambari, onde se localizava o quartel português de Canta Cunda. O ataque foi desfechado no dia 10 de Abril por uma unidade regular, devidamente uniformizada, do Exército Popular de Libertação Nacional. Após um combate violentíssimo, durante o qual morreram quatro soldados portugueses, uma parte da guarnição conseguiu fugir. Entretanto, um sargento, dois cabos e nove soldados permaneceram no quartel, capitulando.

Eis a lista desses militares, to-

dos pertencentes à Companhia 1690: sargento JOSÉ NETO VAZ; cabo JOSÉ MANUEL MOREIRA DUARTE; cabo JOSÉ DA SILVA MORAIS; soldados n.os 22697-66, ANTONIO ANGELO DUARTE; 35357-67, DAVID GOUVEIA PEDRAS; 15228-66, LUIZ SALVADOR ANTUNES DE ALMEIDA VIEIRA; 24814-66, DOMINGOS NOVERSA DA COSTA; 31599-66, LUIZ DOS SANTOS MARQUES; 51.525-66, JOAO DA COSTA SOUSA; 04827-64,

FRANCISCO GOMES DA SILVA; e 22535-66, JOSÉ DOS SANTOS TEIXEIRA.

Em comunicado especial sobre a vitória alcançada, o PAIGC anuncia ter capturado o seguinte material: 1 morteiro de 60mm, 1 bozooka de 3,5 mm, 1 metralhadora pesada, 15 fuzis-metralhadoras G3, 15 fuzis mausers, 1 posto emissor e receptor, e grande quantidade de granadas e munições. O P. A. I. G. esclarece que, de acordo

com os princípios que vem seguindo desde o início da guerra, todos esses prisioneiros beneficiarão do tratamento previsto pelas convenções internacionais.

Sabe-se nesta capital, que em Bissau, a derrota de Canta Cunda teve um tremendo efeito desmoralizador sobre as tropas portuguesas sendo cada vez maior o número de soldados e oficiais que considera a guerra da Guiné perdida.



Militares portugueses aprisionados pelo PAIGC. Da esquerda para a direita: ANTONIO CASTRO AGUIAR, alferes de artilharia; ANTONIO JULIO ROSA, cabo miliciano; GERALDO MARQUES CONTINO e soldado VICTOR MANUEL DE JESUS CAPITULO.

A F.P.L.N. condena visita de Kiesinger

Em carta datada de 6 de Maio p.p., endereçada a todos os parlamentares da República Federal Alemã, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, fixa a posição dos anti-fascistas portugueses em face da visita do Chanceler Kiesinger a Portugal. Inteiramente solidários com a manifestação de desagravo e protesto da FPLN, passamos a transcrever o referido documento: "No dia 11 de Abril do corrente ano, a imprensa salazarista tornou publico que o Chanceler Kiesinger, visitaria Portugal a 27 e 28 de Maio partindo no dia 29 para Espanha.

A visita a Lisboa, da figura política oficial mais destacada da República Federal Alemã, por ocasião do dia 28 de Maio

de 1968, no 42.º aniversário do golpe de Estado que implantou o fascismo em Portugal, não pode deixar de ser considerada e condenada pelos democratas portugueses, pela grande maioria do povo português, como uma manifestação publica e solene da simpatia das autoridades da República Federal Alemã pelo regime fascista e colonialista de Salazar.

É sabido que, ontem, o Governo fascista de Salazar, foi aliado e cúmplice da política e dos crimes nazis.

É sabido que o governo de Salazar decretou ostensivamente o luto oficial por ocasião da morte de Hitler.

É sabido que, nos últimos anos, o governo da República Federal Alemã tem vindo a prestar um crescente e poderoso apoio político, económico e militar ao governo fascista de Salazar. É sabido que um tal apoio tem sido largamente utilizado tanto para reforçar um regime político reaccionário e anti-democrático que se mantém no poder contra a vontade expressa do povo português, como para prosseguir em África, uma odiosa guerra colonial que não defende os interesses de Portugal e que reprime com a mais barbara violência os justos anseios de independência dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional — F.P.L.N. — dirige-se a todos os Parlamentares da República Federal Alemã, expressando-lhes o desagravo e o protesto de milhares de anti-fascistas portugueses pela anunciada visita do Chanceler Kiesinger esperando ainda que o Parlamento, a opinião publica e as forças democráticas da República Federal Alemã levem o governo alemão e o Chanceler Kiesinger a reconsiderar a sua atitude e a anular a sua visita".

A ESCALADA DO TERROR

Tôdas as notícias chegadas de Portugal confirmam que se intensifica o terror policial. É a solução do desespero! Ante as sucessivas derrotas sofridas na guerra colonial, ante os clamores populares contra a carestia, ante a vaga de deserções, ante o crescendo da agitação estudantil, ante a gravíssima crise da pequena e da media lavoura, ante a emigração maciça para o estrangeiro, ante a estagnação da industria, ante os protestos de toda a intelligentsia nacional contra o carácter liberticida do regime, Salazar escolheu a escalada do terror.

Em todo o País, a PIDE, a PSP e a GNR ameaçam, prendem, assassinam. A militarização da vida nacional, iniciada há um ano com a nomeação do diretor da PIDE para o cargo de Inspector Geral das Actividades Económicas, prossegue aceleradamente. A Censura assume uma feição ainda mais obscurantista. Desesperado com a revelação das orgias romanas em que participavam os seus ministros e os banqueiros do regime, Salazar apega-se ainda mais ao moralismo hipócrita, reforça a fachada da mentira, atrás da qual tudo é podridão.

É nesse clima sufocante que o povo português vive e se bate diariamente contra a engrenagem do terror fascista. Fã-lo aliás com uma coragem que merece o respeito de todos nós, que lutamos no Exterior. A escalada do terror não desmobiliza a Nação. Tivemos a prova recente com a deportação do dr. Mário Soares. No próprio dia em que a PIDE o embarcou às escondidas para São Tomé, uma verdadeira multidão compareceu ao Aeroporto de Lisboa para protestar contra a violência fascista, e os esbirros policiais tiveram de se entregar às

maiores violências para conter os democratas presentes. Enganava-se Salazar se imaginava amedrontar o sector intelectual. Semanas decorridas, teve de ordenar a prisão do jornalista Raul Régo, autor de um livro que é um desafio à ala da Igreja que colabora com o fascismo.

Dirigindo-se ao Cardeal, pergunta Raul Régo por que se cala S. Eminência "mesmo quando os censores do Governo totalitário mutilam documentos papais". A pergunta ficou sem resposta e o seu preço foi a prisão. Mas é significativo que, simultaneamente, nada menos de 150 intelectuais tenham enviado uma representação à chamada Assembléia Nacional, pedindo que se acabe com a censura à Imprensa. Lembrem os signatários que não existe em Portugal o "direito de informação" e que "cada dia a opinião pública acolhe mentiras".

A resposta à escalada terrorista, no Interior e no Exterior, prova a determinação de luta do povo português, a sua fé inquebrantável no futuro. Unidos e organizados faremos recuar o governo fascista de Salazar. É preciso que cada um de nós participe de algum modo na campanha mundial contra a repressão em Portugal. É preciso que exijamos a volta de Mário Soares, a libertação imediata de Raul Régo, e de patriotas há longos anos prêsos como Pires Jorge, Sofia Ferreira, José Bernardino, Manuel Serra, Aida Paula e muitos outros. Unidos venceremos!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

E AINDA SE DIZEM PORTUGUESES...

FRANCISCO VIDAL

Já tivemos os "tenrinhos", se bem se recordam aqueles róseos infantes pertencentes ao clã do Almirante do Bacalhau, o inefável sr. Tenreiro, que à custa do fiel amigo parece ter enchido para sempre a sua burra. Nunca, é verdade, praticaram estes rubicundos varões qualquer ação valorosa mas deve-se-lhes perdoar a ausência de feitos heróicos; fazendo parte da famosa Brigada Naval da Legião Portuguesa, que como sabem é uma espécie de SS salôia, nunca puderam embarcar pois era irreversível nêles a aversão pelo mar: enjoavam até na banheira!

Depois, bem mais tarde, já quando a ditadura havia enveredado pelo escorregadio caminho da desagregação que em breve a levará à queda, foram anunciados os "centuriões". Parece que se tratava de facundos e truculentos moçetões, dispostos a reduzir a cinzas, onde quer que eles estivessem (sic) os que se opunham ao seu chefe supremo. Disse-se então que atuariam especialmente no Brasil, dado que aqui, a par dos comandadores, em geral de poucas letras — os extremos não cessam nunca de tocar-se — se encontra a fina flôr da emigração pensante portuguesa, logo um dos núcleos mais válidos da oposição ao regime. Teriam então os tais "centuriões" pano para mangas, atacando e pondo imediatamente fora de combate todos quantos, do lado de cá do Atlântico, pensam, escrevem ou atuam a favor da redemocratização da nossa terra. Nunca os vimos por estas bandas, nem tivemos conhecimento de qualquer ação bélica de sua autoria, o que nos leva a crer que, como a batalha de Itararé, se tratou de uma quadrilha que não houve...

Não sei como agora devemos chamar aos que através algumas modestas folhas de couve que pretendem representar a colônia, resolvem atacar a oposição à ditadura, servindo-se especialmente de um argumento que nunca deveriam utilizar, pois êle demonstra, por um lado, que apenas estão obedecendo a ordens vindas do "alto" e, por outro lado, a debilidade mental de quem defende princípios tão em desacôrdo com as realidades de hoje, princípios só defendidos por quem, como o caquético ditador, vive hoje a época de ontem...

O pomo da discórdia, para êles, reside no problema colonial. Meteu-se-lhes na cabeça que o que tão bisonhamente se chama em Portugal de províncias ultramarinas não pode dissociar-se da nossa Pátria. Admitem (que sorte para nós...) que tenhamos pontos de vista diferentes do patrão dêles, que sejamos até democratas (que heresia!), mas nunca que pretendamos a libertação das colônias, pois estas são parte integrante da Nação, o que afirmam constantemente com a inconsciência que a natureza lhes deu e a polícia não proíbe...

E ainda se dizem portugueses... Como podem entender que as idéias (?) do homem da Calçada da Estrêla sejam as únicas válidas num mundo como o nosso de hoje? Pretenderão, por acaso, que a Holanda, a Inglaterra e a França praticaram suicídio ao libertarem as suas colônias? Pretenderão por acaso que Churchill, Mendes France, De Gaulle, foram traidores às suas Pátrias, pelo fato de terem, em tempo útil, visto a realidade das coisas? Pretenderão por acaso que Dom Pedro, o primeiro Imperador do Brasil, onde vivem e que os acolheu, foi também traidor a Portugal ao declarar a independência dêste abençoado País?

E ainda se dizem portugueses... Como podem sê-lo ao negarem, pelas idéias que defendem, o direito à própria independência do Brasil! Será que, saudosistas que são, gostariam mais que esta terra fosse ainda colônia? Já pensaram no que teria acontecido se em vez de Dom João VI tivéssemos então em Portugal (longe vá o agouro) um beócio como Salazar?...

Como devemos chamar a êstes ignorantes que, pagos a tanto por linha, escrevem tantas sandices? Tivemos os tenrinhos, depois os centuriões; e agora? Que são êles "que ainda se dizem portugueses", embora chorem a perda colônia do Brasil que por certo desejavam fosse hoje mais uma província ultramarina, para aqui se portarem como os colonos em África, para não falarmos da soldadagem?

Sebastianistas? Talvez seja epíteto por demais nobre para ser empregado em tão infelizes criaturas. Colonialistas? Sem dúvida que o são! Salazaristas? É claro, e de mão no peito e de braço estendido, à romana! E que mais? Deixo aos meus poucos leitores o trabalho de encontrarem o verdadeiro nome dêstes sujeitos, modestos escribas que põem a sua pena a serviço de causas perdidas, embora por certo bem pagos, "por quem de direito". Eu não posso porque a evidência da sua falta de razão é tão grande que qualquer apelido estaria longe ainda de classificar a sua burrice. Burrice? Falei em burrice? Pois é isso exatamente que êles são: burros e muito, com perdão da má palavra e sem desdouro para o nobre animal que pelo menos, por sua parte, serve para alguma coisa, enquanto que aquêles a que me refiro não servem realmente para nada. E, resquicet in pace!

APÊLO AOS LEITORES

A situação que expusemos aos leitores em nossa última edição agravou-se. Não recebemos a ajuda financeira indispensável para cobrir o considerável deficit acumulado. Como as nossas receitas regulares são muito inferiores às despesas, a menos que os nossos leitores e amigos nos remetam com urgência contribuições extraordinárias, não estaremos em con-

dições de editar o número de Julho.

Renovamos por isso o apêlo já feito. A continuidade de "Portugal Democrático" está ameaçada por falta de apoio financeiro. Os cheques em divisas, pagáveis em qualquer praça européia ou americana, bem como donativos em cruzeiros, devem ser enviados para a nossa redação, R. Conselheiro Furtado, 191, sala 2, São Paulo.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

Antecedente que pode ser derrota: Guiné!

"Lisboa enviou para este miserável território de 600.000 habitantes um contingente de 35.000 soldados, reforçado por recrutas locais e presos nativos; estes últimos recebem como pagamento pela morte de cada rebelde uns 40 centavos de dólar por cabeça. Os resultados nada têm de notável. A região sob contrôle efectivo do governador, general Arnaldo Schultz, vem-se reduzindo a ponto de hoje só abranger os arredores de Bissau, a ilha de Bolama, as minúsculas ilhotas de Bijagós, um par de praias ao Norte e uma faixa de território fula. Os chefes fula tal como seus ricos parentes nigerianos, os emires fulani consideram que cada passo em relação à independência é um atentado ao seu poder.

O esforço bélico português na África é proporcionalmente maior do que o norte-americano no Vietnã: as guerras coloniais absorvem quase metade do orçamento lusitano. As tropas estacionadas em Angola e Moçambique — economias em desenvolvimento e uma população de 12 milhões de habitantes — somam já aproximadamente 250.000 homens. No entanto, o esforço maior, em termos relativos, é o que se desenvolve na Guiné portuguesa.

Espalhadas por todo o território há uma série de aldeias fortificadas, únicas fontes de reforços, de armas e abastecimentos para os soldados do governo. Os nacionalistas, dirigidos pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) não têm intenção de capturar esses redutos: seria uma iniciativa demasiado cara em termos de sacrifício de civis. Preferem, pelo contrário, atacar e fugir.

O PAIGC conta com uns 10.000 combatentes; uma elite guerrilheira adestrada por cubanos no vizinho santuário da Guiné; tropas regulares com oficiais preparados; e uma milícia ligeira, adestrada no próprio teatro de operações. De vez em quando, os portugueses aninham-se a fazer incursões contra as aldeias onde se abrigam ou abastecem os nacionalistas. Entretanto, geralmente, preferem esperar que os ataquem. E os ataques, quando se verificam, são mortíferos: os nacionalistas dispõem de canhões russos de 82 mm, sem recuo, de bazukas RPG-7, de metralhadoras Dargheyev, de algumas peças de artilharia anti-aérea e de uma profusão de armas leves de origem europeia-oriental ou norte-americana. Como têm de se deslocar a pé, todo o seu armamento é necessariamente portátil: até as peças pesadas podem ser desmontadas. A Guiné-Bissau — assim se chamará o País após a Independência — tem apenas uns 160 quilômetros de "cintura". Com essa distância a percorrer, os nacionalistas transportam inclusive canhões antiaéreos desmontados desde o seu arsenal na Guiné até à frente Norte, ao longo da fronteira senegalesa, outro dos seus "santuários".

Amílcar Cabral, líder do PAIGC, usa ostensivamente armas comunistas e teorias comunistas sobre a guerra revolucionária (ninguém lhe ofereceu alternativas ocidentais viáveis). Mas não é um comunista apesar de adotar as teorias de Mao sobre a organização política antes da conquista.

A Guiné-Bissau é uma entidade multi-tribal e quase todos os grupos étnicos — com a notável ex-

cepção dos fula — aderiram aos nacionalistas. A guerra acarreta para os camponeses um risco grave: a interrupção do comércio do amendoim, da noz de palma e de outros produtos. Mas Cabral parece haver encontrado a fórmula para enfrentar essa situação. Além de criar escolas e Postos de Saúde nas zonas libertadas, montou também uma série de armazéns, onde se procede à troca dos produtos da agricultura local por lâmpadas, tabaco, sal, tecidos e outros artigos de primeira necessidade.

Até agora, Cabral resistiu ao desejo de criar também um governo paralelo que exerça o controle até que sejam realizadas eleições. Mas isso não significa que tenha sido descurada a organização partidária. Tendo em conta a zona difícil em que opera, o PAIGC acha-se excepcionalmente bem estruturado. É possível que pudesse acelerar todo o processo convidando os governos africanos a sustentá-lo. Mas com a independência bem próxima no tempo, Cabral não quer arriscar-se a uma escalada territorial da guerra ou a uma eventual anexação do seu país por vizinhos mais poderosos.

Durante a guerra abandonaram o país umas 70.000 pessoas (mais de 10% da população), principalmente em direção ao Senegal. Alguns dos emigrantes — inclusive os que se acham na Guiné — são autênticos refugiados de guerra, mas a maioria dos que se fixaram no Senegal aproveitaram a guerra para realizar uma velha aspiração: viver no próspero território ex-francês.

A fronteira com o Senegal é a mais vigiada pelos portugueses e a actividade militar que desenvolvem mantém em constante funcionamento a clínica instalada pelo PAIGC em Ziguinchor, do outro lado da fronteira. Fora do alcance das aldeias fortificadas, no entanto, todo o território é rebelde. O unico sinal do poder lusitano reside no fato de que a travessia da fronteira deve realizar-se de noite.

(in "The Economist", Edição para a América Latina, 15 de Maio de 1968).

Salazar faz 79 anos

Paris (AFP-JB) — No plano interno, Salazar — que é solteiro, não bebe, nem fuma — mantém o país na mais perfeita ordem. A única facção mais explosiva nas suas demonstrações de repúdio ao seu regime — os intelectuais — foi depurada. Seus opositores estão na cadeia, no desterro, no exílio ou foram assassinados, como o líder da oposição, Humberto Delgado.

Além disso, Portugal é o paraíso para o investidor estrangeiro. As greves operárias são proibidas, 0,3 por cento da população é proprietária de 40 por cento das terras e Salazar dá toda a atenção a um certo círculo de empresários ingleses. Não existe, praticamente, uma classe média. Cem mil portugueses deixam a terra natal anualmente para procurar emprego na França ou na Alemanha Federal, ou na Suíça.

A polícia política de Salazar — a PIDE — mantém um eficiente

serviço de censura à imprensa. Até mesmo os anúncios classificados de emprego são rigorosamente censurados. Observadores que visitam Portugal dizem que ali não se tem noção do que acontece no resto da Europa. A onda de progresso e desenvolvimento que tomou conta da Europa e chegou mesmo a influenciar o regime do General Francisco Franco, na vizinha Espanha, não conseguiu penetrar em Portugal.

No plano internacional, porém, Salazar não tem tido sorte. Teve que entregar o pequenino enclave de Goa à Índia. Teve que se sujeitar à vontade dos partidários de Mao Tsé-tung, quando perdeu o controle de Macau, próximo a Hong Kong, onde o Palácio do Governo português e a bandeira de Portugal permanecem simbolicamente.

Na África, as coisas estão ainda piores. Os negros de Angola revoltaram-se há sete anos atrás e mantêm uma violenta guerra de guerrilha contra os portugueses. Moçambique e Guiné, também em mãos de Portugal, seguiram depois o exemplo de Angola e Salazar é obrigado, agora, a lutar em três frentes. Essa guerra custa muito caro a Portugal que mantém exércitos completos e bem armados tão longe da pátria com uma missão incerta.

Para Salazar, Angola, Moçambique e Guiné portuguesa não são colônias e sim províncias ultramarinas. Portanto, a determinação das Nações Unidas para que se proceda à descolonização da África, no seu entender, não pode afetar as possessões portuguesas.

Salazar é um anticomunista inabalável. Apesar do seu problema africano, em relação ao qual ataca os Estados Unidos, é um enérgico defensor da política norte-americana no Vietnã. O seu anticomunismo permite que Portugal faça parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Em 1945, quando Hitler se suicidou no abrigo subterrâneo da Chancelaria alemã, em Berlim, Salazar ordenou um dia de luto oficial, em Portugal. (Alberto Carbone, in "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro, 28-4-68).

Ministro há 40 anos

Nova Iorque (UPI-JB) — Em 1928, Antonio de Oliveira Salazar tomou posse como "boa dona-de-casa" das finanças de Portugal e, em 1932, tornou-se Primeiro-Ministro, cargo que ocupa até hoje.

Para o ditador Salazar, agradecer aos outros nunca foi uma preocupação.

Os críticos de seu Governo que atingem certa influência ou posição estão, geralmente, na cadeia.

(...) Portugal contrariou todas as resoluções das Nações Unidas contra a manutenção das colônias africanas. Para Salazar, a ONU é um instrumento das grandes potências.

Anticomunista ferrenho, Salazar entrou para a OTAN quando foi criada a organização de defesa do Atlântico Norte e tem se mostrado um defensor intransigente da política norte-americana no Vietnã.

Em Portugal, considera-se que liberdade absoluta é sinônimo de anarquia e que democracia é uma ficção.

(Phil Newson, in "Jornal do Brasil", 27/4/68).

Brutalidade em Angola

"Portugal terá algum dia que prestar contas pelas crianças angolanas que os seus soldados ma-

(Continua na pág. 7)

Nolas e comentários

A greve dos pescadores

A notícia não nos chegou através das agências internacionais de informação. Num mundo em que a greve se transformou, mercê das lutas heróicas dos trabalhadores, num direito assegurado pela quase totalidade das Constituições Políticas que regem a vida dos povos, não é de estranhar que uma greve de pescadores, por melhores salários, não apareça nas manchetes da imprensa internacional.

Entretanto, uma greve como a que teve início em 15 de Abril p. p. em Matosinhos é um acontecimento da maior importância na vida social e política dum país, como o Portugal de Salazar, onde a greve é um crime punido com a pena de 2 a 8 anos de prisão — pena que pode transformar-se em prisão perpétua, com a aplicação das chamadas "medidas de segurança" — e onde os trabalhadores que recorrem à greve, para fazer valer os seus direitos, correm o risco da própria vida.

Nestas condições, deflagrar uma greve constitui uma tarefa heróica de que os trabalhadores portugueses muito se orgulham.

O facto do governo de Salazar ser um instrumento dos monopólios, um governo da oligarquia financeira e agrária que há 42 anos domina o país, confere às lutas reivindicativas dos trabalhadores uma importância política extraordinária. Com efeito, por mais justas e simples que sejam as reivindicações dos trabalhadores portugueses, o patronato logo responde com ameaças e o uso das forças repressivas. A identificação entre governo e patronato é tal que uma simples reivindicação de melhores condições higiénicas no trabalho (quando não é, inclusive, a utilização mais prolongada das instalações sanitárias) ou um abaixo assinado pedindo melhoria salarial são, normalmente, denunciados à PIDE e os seus autores considerados, e muitas vezes condenados, como elementos "subversivos".

Por isso, as lutas reivindicativas dos trabalhadores portugueses tomam logo o carácter político de oposição ao regime e se transformam na acção principal da luta pela democracia em Portugal.

Quando, portanto, os pescadores de Matosinhos se recusam unanimemente a assinar as novas matrículas nas mesmas condições de remuneração do ano passado; quando, os mesmos pescadores, se recusam a aceitar a pretensão dos armadores para reduzir as "campanhas" de cada traineira de 25 para 20 homens, o que significaria 20% de desemprego e mais trabalho; quando reivindicam o pagamento do abono de família durante todo o ano — tais são as razões que os levaram à greve — os valentes pescadores de Matosinhos tornam-se credores da total solidariedade de todo o povo e dos democratas, independentemente das suas posições ideológicas ou categorias sociais.

A greve dos pescadores ao mesmo tempo que é uma valiosa contribuição à luta do povo contra a carestia e o agravamento das condições de vida,

do qual é único responsável o governo de Salazar, que gasta mais de 60% do orçamento em despesas militares para sufocar os anseios de liberdade dos povos coloniais e do próprio povo português, representa uma importante jornada política na luta contra o fascismo.

"Portugal Democrático" empenha a sua integral solidariedade à greve dos pescadores de Matosinhos e exorta todos os seus leitores e amigos a ajudar moral e materialmente os corajosos pescadores e suas famílias que arrostam neste momento com toda a fúria repressiva da ditadura fascista.

Os fascistas contra o Brasil

A imprensa fascista portuguesa do Brasil atravessa uma fase de intensa histeria anti-brasileira. O paradoxo só pode surpreender aqueles que desconhecem a indigência mental dos homens que o Governo de Salazar e a sua Embaixada no Rio colocaram à frente dos pasquins que têm por missão formar a opinião da colónia.

A tendência vinha de longe, mas a enuou-se nos últimos meses. Primeiro vieram a lume algumas críticas moderadas à incompreensão revelada por muitos brasileiros em relação à "genialidade" da política colonialista do fascismo, depois apareceram os primeiros insultos a figura exponencial da cultura brasileira, sempre que estas se manifestavam contra o obscurantismo salazarista; por último tornaram-se comuns as mais furibundas catilinárias contra pessoas, instituições e jornais que ousam negar ou simplesmente esquecer a "obra grandiosa" representada pelos 42 anos da ditadura fascista.

Para os escribas a soldo da camarilha que escraviza o povo português, tudo serve de pretexto para atacar o Brasil. Em primeiro lugar não perdoam ao povo brasileiro o seu anticolonialismo. A simples publicação dos telegramas das agências noticiosas sobre a marcha da guerra colonial é interpretada como uma afronta; um artigo informativo sobre a situação na Guiné ou sobre a estrutura e objetivos da FRELIMO ou do MPLA é imediatamente denunciado como provocação anticristã e subversiva. Se determinado jornal insere um protesto contra o terror policial reinante em Portugal, logo os jornalecos salazaristas vêm à estacada insinuando que o chefe de redação é de certeza comunista; se algum deputado eleva a sua voz em Brasília para condenar o colonialismo ou as medidas de segurança, é apontado a dedo como inimigo de Portugal.

Mas não é tudo. Os jornais e os políticos brasileiros não se tornam alvo das iras das folhas salazaristas regidas pela batuta do embaixador de Salazar apenas pelo que escrevem ou dizem. Não. A verdade é que incidem também no desagrado dessa gente pelo que não escrevem e pelo que silenciam. O problema das omissões é mesmo, talvez ainda mais grave aos olhos do clã fascista. Sempre que a imprensa brasileira não toma co-

nhecimento dos assuntos escólvados para manchetes de "A Voz de Portugal" e "O Mundo Português", a decepção e a fúria da horda salazarista não têm limites. Crimes de lesa imprensa para os editorialistas dos dois pasquins foram, por exemplo o silêncio feito em torno da "viagem triunfal" do almirante Tomás à Guiné, e da ratificação dos acordos Comercial e Cultural entre os governos de Portugal e do Brasil. Outro crime não menos grave é a tendência sistemática da grande imprensa brasileira para publicar com certo relevo os documentos distribuídos pelas organizações democráticas portuguesas do Brasil e jogar fora os arrazoados agramaticais com que a cúpula da colónia — assessorada pela PIDE — procura responder a essas tomadas de posição. Na sua pobreza de espírito não se dão conta os articulistas e editorialistas dos periódicos de Salazar que o povo brasileiro sabe distinguir entre o fascismo e a nação portuguesa e que a imprensa do Rio e de São Paulo não desconhece a força dos sentimentos democráticos e anti-colonialistas da opinião pública deste grande País.

Um desabafo do "Correio da Manhã"

Além de ignorantes, os plúmitivos que tocam a ária do salazarismo são cegos. Só assim se explica a teimosia de quererem que o Brasil entoie cantos de louvor a um regime que os seus filhos desprezam e desejam ver destruído. Nessa histeria anti-brasileira há, entretanto, algo de positivo: os editoriais dos pasquins salazaristas acabam constituindo-se num precioso registro das posições anti-fascistas da imprensa do povo brasileiro. "Os quarenta anos de governo do sr. Salazar só têm sido motivo aqui, para críticas, discriminações e a publicação de correspondências do jaez dessa do sr. Carbone. Como explicar e definir o fenómeno? — perguntava o "Mundo Português" na sua edição de 12 de Maio, com perplexidade alvar, insinuando coisas terríveis contra o "Jornal do Brasil".

A explicação não é difícil e todos os democratas portugueses e brasileiros a conhecem. Mas, para avivar a memória de um historiador oficial enviado pelo SNI ao Brasil, a fim de fazer propaganda do colonialismo, o "Correio da Manhã" teve a feliz idéia de responder em editorial, no dia 14 de maio, aos que vivem falando da "incompreensão brasileira em face do problema trágico de Portugal".

"Essa incompreensão — salientou o grande jornal carioca — é extensiva à maioria esmagadora dos Estados membros da ONU, inclusive os EUA, sendo que as exceções, África do Sul e Rodésia, por exemplo, são baluartes do racismo. Não uma parcela, mas a maior parte do povo brasileiro entende muito bem o problema trágico do povo português e se solidariza com ele, pois vê o governo Salazar despendendo 60% do orçamento do pequeno país numa guerra brutal, que só poderá logicamente terminar com a vitória das forças anticolonialistas. A paz honrosa e humanitária, trazendo a independência das atuais colónias, é o que os brasileiros desejam aos portugueses, cujo governo ceifa a juventude de sua nação para preservar um obsoleto status imperial, que só beneficia a uma casta oligárquica".

Quaisquer comentários nossos seriam supérfluos.

Cadastro, Não: Roubo!

Entre os pequenos vinhateiros de todo o País e especialmente do Norte reina uma atmosfera de alarme em face das manobras fascistas tendentes ao chamado "cadastro das vinhas". Oficialmente, trata-se de uma mera providência burocrática; na prática, a execução do esquema concebido pelo Governo traduzir-se-ia pela ruína de milhares de pequenos produtores de vinho. Há 30 anos um plano, que visava a liquidação da pequena e da média lavoura em benefício do latifúndio, previu minuciosamente, a espoliação de que deviam ser vítimas os camponeses que tivessem plantado vinhas sem a respectiva licença. Na altura, a resistência dos produtores, graças à solidariedade irrestrita que lhes prestaram as populações das aldeias atingidas, derrotou o Governo, obrigando-o a recuar.

Em Válega um batalhão da GNR não conseguiu fazer frente ao povo amotinado, retirando-se depois de matar dois camponeses e de perder dois soldados. Em São Pedro da Torre, outro batalhão sofreu uma derrota idêntica, quando a população inteira acorreu ao toque de rebate. No Pêso, em Melgaço, foi a PIDE que teve de fugir quando, em resposta às suas provocações e ameaças, os camponeses tentaram incendiar o edifício onde se encontravam os seus agentes. Essas vitórias populares são tanto mais dignas de admiração quanto se verificaram entre 36 e 40, numa época em que o fascismo, exibida toda a sua arrogância e poder.

O regime, que então teve de suspender todas as leis e regulamentos sobre o plantio da vinha, volta em 1968 à carga. Os chamados serviços de fiscalização foram encarregados de proceder ao cadastro das vinhas existentes. E já se sabe que serão aplicadas pesadas multas a todos os proprietários que tenham plantado vinhas sem as respectivas licenças. O primeiro ensaio já foi feito na Madeira. Os fiscais prepararam-se agora para invadir as regiões produtoras de Setúbal, do Dão, do Minho e do Douro Litoral.

É preciso que os pequenos produtores visados pelo Governo se organizem e, unidos, enfrentem com decisão os beleguins do fascismo. As populações dessas regiões devem ser esclarecidas e participar da luta como o fizeram os camponeses de Válega, de São Pedro da Torre e do Pêso. Deverá como no passado, haver toque a rebate e resistência organizada contra a GNR e a PIDE, tão logo elas sejam chamadas pelos agentes do fisco. Os fascistas recuarão à mais leve resistência, como o fizeram há trinta anos. Ninguém deve prestar esclarecimentos aos funcionários do cadastro. Todo o indivíduo que no Dão, em Setúbal, no Minho ou no Douro se apresente em nome do Governo fazendo perguntas sobre as vinhas pode e deve ser expulso. O cadastro é a porta aberta para a espoliação dos pequenos produtores de vinho!

Contra a censura

Por não dispormos ainda de informações directas dos nossos correspondentes, publicamos abaixo o telegrama da agência Associated Press distribuído aos jornais brasileiros no dia 7 de Maio sobre a apresentação de 150 intelectuais portugueses contra Censura:

Em uma representação à Assembléa Nacional, 150 intelectuais portugueses pedem que se acabe com a censura à imprensa.

A representação recorda um discurso do primeiro ministro Salazar, proferido em 1963 e segundo o qual não se oporia a uma lei de imprensa que suprimisse a censura.

Os autores perguntam se se fez alguma coisa para se concretizar o que fora prometido, ao mesmo tempo em que pleiteiam da Assembléa Nacional a aprovação de uma lei nesse sentido.

Depois de citarem os Papas João XXIII e Paulo VI, os petiçãoários manifestaram que não existe o "direito de informação", em Portugal e que "cada dia a opinião pública acolhe mentiras".

Entre os signatários encontra-se o ex-candidato opositorista a presidência, Arlindo Vicente.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Aprovada a Declaração do Estudante

LISBOA (Do Correspondente) — Os estudantes, enfrentando todas as ameaças do Governo, da Polícia e das autoridades universitárias fascistas, celebraram publicamente a passagem da Jornada Internacional de Solidariedade ao Estudante Português, no dia 24 de março. Mais de 500 estudantes participaram do IV Seminário do Movimento Associativo e à noite realizou-se um jantar de confraternização no Instituto Superior Técnico durante o qual foram recitados poemas de resistência e canções populares.

Publicamos abaixo a íntegra da Declaração aprovada pelo Seminário:

"Os estudantes portugueses declaram perante a Universidade, perante a Nação Portuguesa e perante a comunidade internacional dos estudantes que prosseguem a via dum sindicalismo estudantil como a mais adequada à sua etapa histórica e às necessidades mais profundas da vida nacional.

I

Portanto, com Movimento Sindical, o Movimento Associativo Português defende como princípios gerais:

1) A neutralidade política e religiosa, entendendo-as não como indiferença perante os problemas nacionais e internacionais, mas como única base correcta para a unidade integradora de todos os estudantes, quaisquer que sejam as suas concepções políticas ou religiosas. Nesta base o Movimento Associativo, como movimento sindical, ficará livre de assumir todas as atitudes políticas e religiosas que os seus membros democraticamente o venham a exigir, ressalvando porém, como limite, na fase actual, a defesa da legalidade do próprio Movimento.

2) A unidade e representatividade, isto é, que os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma Associação unitária que represente os interesses de todos os estudantes e não apenas sócios das AA.EE.

3) Democraticidade, que assegure a eleição de todos os cargos dirigentes, que implica a participação activa de todos os estudantes na vida associativa, que dá efectiva extensão de poder deliberativo a todos os estudantes, que controle todas as funções de direcção por parte de todos os estudantes.

II

Como Movimento Sindical, o Movimento Associativo reivindica como metas finais da actual fase histórica os seguintes objectivos:

1) A democratização do ensino.

2) A reforma global do ensino de que a democratização é a primeira condição porquanto sendo a Universidade Portuguesa uma Universidade de classe deve um sindicalismo estudantil modificar o conteúdo e a intenção do ensino ao serviço dessa finalidade de classe.

3) O fim da atomização do trabalho e a reabilitação do seu carácter colectivo.

4) O reconhecimento do estudante como produtor de trabalho remunerável.

5) A Universidade considerada como um investimento intelectual que se traduz em termos económicos de produção para a Nação. Esta definição tem como corolário o direito de controle de professores e estudantes sobre a própria produção, ou seja o controle da aplicação social de conhecimento e da ciência.

III

Como Movimento Sindical, o Movimento Português, para alcançar os seus objectivos finais, defende como métodos a acção:

1) A Autonomia Universitária com resolução dos conflitos e problemas da Universidade por professores e alunos sem ingerência exterior, autonomia universitária que não é a defesa dos privilégios de classe mas os interesses de toda a Nação, autonomia universitária com a participação estudantil na gestão de todos os órgãos universitários.

2) A autogestão como único método correcto de gerir os interesses estudantis.

3) A promoção cultural dos estudantes dentro da problemática nacional constantemente projectada na comunidade internacional dos povos.

4) A luta pela melhoria das condições materiais de estudo, a garantia das condições de exercício profissional.

5) A criação de uma União Nacional de Estudantes e a integração na Comunidade Internacional dos Estudantes.

6) A defesa das liberdades fundamentais, da liberdade de associação e reunião, liberdade de imprensa, livre expressão do pensamento, aplicação de todas as garantias e direitos individuais consagrados na Constituição e na Declaração dos Direitos do Homem.

7) Como consequência dos princípios anteriores, o direito à greve académica, ocupação das instalações universitárias e a manifestação com métodos reivindicativos de recurso, e bem assim a solidariedade com os professores organizados sindicalmente e com todos os organismos verdadeiramente representativos das classes trabalhadoras.

IV

Como Movimento Sindical o Movimento Associativo reconhece a necessidade de ter uma estratégia definida que possa congrega à sua volta todos os estudantes.

Assim:

1) Estabelece como objectivo estratégico a longo prazo a Reforma Geral do Ensino, e portanto a sua Democratização total, de modo a permitir a todas as classes sociais, iguais possibilidades de acesso à Universidade e à cultura. Considera também, que a efectivação dessa Reforma Geral do Ensino colide com as estruturas socio-económicas nacionais, e não poderá ser levada a cabo sem uma prévia democratização dessas estruturas.

2) Define como objectivo estratégico a médio prazo, a realização de um congresso do Ensino a ser levado a cabo com o apoio activo dos professores, dos intelectuais e dos núcleos culturais mais avançados. O Congresso Nacional do Ensino deverá surgir como cúpula dum intensa batalha Pedagógica desenvolvida ao nível da Universidade conjugada com uma produtiva actividade de Integração desta na Nação.

3) Afirma como objectivo a curto prazo a Abertura aos cursos e a Abertura a Nação.

4) Assim, e no sentido dum abertura aos cursos, considera necessário dar prioridade à luta pedagógica, incentivando as realizações de curso, perspectivando as aspirações mais sentidas das massas estudantis, encabeçando as suas reivindicações mais imediatas e conquistando-as para reivindicações mais gerais.

5) Igualmente no que respeita à Abertura à Nação, entende que esta deve ser desenvolvida, na fase actual, por um lado, através da análise crítica dos problemas gerais da Sociedade Portuguesa, com prioridade para aqueles que

mais directamente a ligam à problemática sindical do movimento estudantil, e, por outro, através do contacto directo com a população dentro dum linha de continuidade.

6) Para a prossecução dos objectivos anteriores necessita de impôr a sua definitiva consagração como movimento de massas, quer através da participação constante do estudante anónimo, quer dum total democratização de estruturas, quer da criação de novas estruturas para-associativas que sejam a expressão dum democracia directa das massas estudantis.

GREVE EM ECONÓMICAS

Económicas foi teatro da mais importante luta estudantil, ao nível de escola, deste ano. Contra a pretensão do Conselho Escolar de apresentar um mapa de exames lesivo dos interesses dos estudantes, foi convocada uma reunião que concentrou 700 estudantes e decidiu uma «NAO IDA AS AULAS», ou, por outras palavras uma greve, de um dia. Entre todos os alunos do Instituto, apenas 4 quebraram a greve. A luta acabou-se com uma importante vitória. O mapa de exames que os alunos haviam apresentado acabou por ser aceite

pelos professores, com ligeiras alterações. Desconhecem-se ainda dados mais concretos sobre esta importante e bem organizada luta.

Na Cidade Universitária os estudantes estão também em luta. Lutam contra a equipa de funcionários, de nomeação ministerial, que gere a cantina (onde não se pode comer) e as instalações de convívio (onde não se pode conviver). Lutam contra um Reitor a quem se dirigiram repetidas vezes e que não atende as suas reivindicações; lutam contra a política an-

APENDICE:

O M.A. reconhece aplicáveis ao Ensino Secundário, Médio e Superior não universitário os princípios gerais que reivindicou para a Universidade Portuguesa, tornando-se-lhes, portanto, extensivo o conteúdo da presente declaração.

ti-estudantil do MEN que pretende assilar as AA.EE. e impedir a intervenção de estudantes eleitos na gestão dos serviços estudantis; lutam contra uma política anti-democrática e opressora.

Que exigem os estudantes? Não apenas comida não apenas uma cantina maior, não apenas condições de convívio. Os estudantes exigem mais porque sabem que os funcionários dos serviços sociais que gerem o edifício de convívio não podem defender os seus interesses nem podem resolver os seus problemas — mas sim defender os interesses dos serviços sociais e do governo, mas sim resolver os problemas crescentes do MEN face às reivindicações e à força dos estudantes.

Fizeram-se reuniões de comensais, elegu-se uma comissão representativa que se avistou com o Reitor e lhe expôs as reivindicações estudantis. Elaborou-se um jornal da Cantina, porta-voz das posições dos comensais. Nas reuniões, com a participação de mais de 500 comensais os estudantes ficaram a saber quem está por eles e quem está contra eles, souberam desmascarar os funcionários da cantina quando eles tentaram mistificar os problemas. Perante as respostas evasivas do Reitor, que apenas acedeu, por ora a uma das muitas reivindicações apresentadas, os estudantes em número de 250, dirigiram-se à Reitoria, em manifestação, gritando «A Cantina é nossa», «Fora a gerência da Cantina!», «Para os Serviços Sociais!».

O segundo período terminou com um gigantesco piquete, na Cantina, para o que os estudantes levaram comida própria, recusando os pratos servidos pelos serviços sociais. De 2 000 estudantes presentes apenas uns 30 acataram a comida que nesse dia foi servida, sendo por isso alvo do desprezo dos seus colegas. Este piquete, ou greve das refeições foi uma importantíssima jornada de confraternização e de luta. Os estudantes discutiram, cantaram, reforçaram a sua organização e disposição de continuar a luta até à vitória final.

Outras lutas estudantis, embora de menor expressão, vêm-se desenvolvendo na Faculdade de Ciências, na Faculdade de Direito, no Instituto Comercial e no Instituto Industrial de Lisboa.

A Situação Portuguesa no Parlamento Canadiano

OTTAWA, abril (do correspondente).

O Comité Canadiano para a Anistia em Portugal apresentou ao Comité Permanente de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns um informe, de que extralimos os seguintes passos, e que permitirá a discussão naquela casa parlamentar da situação portuguesa nos aspectos que podem interessar à opinião publica canadiana. A primeira parte do documento, de extraordinário rigor e seriedade, refere-se à "Ausência de Direitos Humanos em Portugal e nas suas Colónias": "Recentemente — escreve — tem-se testemunhado uma crescente vaga de terror contra toda e qualquer oposição em Portugal, independentemente da crescente tortura a prisioneiros de guerra nas regiões devastadas de Guiné, Angola e Moçambique. Os documentos que apresentamos na nossa conferência realizada em outubro de 1966: as provas apresentadas por vários observadores internacionais; o Relatório da Missão a Portugal dos deputados David Mac Donald e Andrew Brewin — tudo isso atesta a gravidade do caso. Chamamos também vossa atenção para o documento da Frente Patriótica de Libertação Nacional, dirigido aos deputados que assistiram à última reunião em Bruxelas do Conselho do Tratado do Atlântico Norte (em dezembro de 1967), que se refere também à ausência de liberdade política e de liberdades individuais em Portugal. De forma mais imediata, uma vaga especial de perseguições foi desencadeada contra a imprensa e contra outros líderes da oposição dentro de Portugal".

O documento refere-se então à prisão de Mário Soares, à expulsão de Portugal do dr. Marino Porzio, da Comissão Internacional de Juristas e à recusa para entrar no país aposta aos pedidos dos jornalistas Tad Szulc, do New York Times e Roger Stone, da revista Time; ao pedido, apresentado em novembro de 1967 por 235 intelectuais portugueses à Assembléa Nacional, para acabar com a censura naquele país; aos apelos para libertação do líder estudantil José Bernardino, assinados por cerca de 1.000 estudantes; ao apelo

assinado por 27 advogados, entre os quais Mário Soares, sobre as abomináveis condições prisionais em Peniche; às muito precárias condições de saúde de Aida Paula, que já passou oito anos nas prisões salazaristas e finalmente à prisão do advogado Souza Tavares e do escritor e professor Urbano Tavares Rodrigues.

Nas possessões portuguesas em África, prossegue, estes crimes são ainda piores, acompanhados pelo desprezo dos brancos em relação ao povo negro e às suas justas aspirações. Fala então do campo da morte do Tarrafal e das revelações feitas, entre outros, pelo dr. Glöckner (v. este número de Portugal Democrático, secção Salazar na Imprensa Estrangeira). Refere-se também ao documento apresentado em outubro de 1967, à Sub-Comissão das Nações Unidas para Evitar a Discriminação e Proteger as Minorias, pelo dr. John P. Humphrey, professor da Faculdade de Direito da Universidade McGill, que descreve a situação nas colónias portuguesas como uma amostra padrão de violação dos direitos humanos, recomendando a nomeação de uma comissão para estudar esse problema. Finalmente recomenda-se, em relação a este aspecto, que o governo canadiano tome medidas positivas e práticas no sentido de efetuar diligências junto do governo português e de sugerir, junto das Nações Unidas, uma anistia geral a todos os presos políticos portugueses, chamando especialmente a atenção para os que se acham em precária situação de saúde. Sugere-se também que, atendendo à evidente violação dos Direitos do Homem, da Carta das Nações Unidas e dos Termos do Tratado da OTAN, o Canadá chame a atenção de Portugal co-signtatário destes tratados, a fim de pôr cobro a toda a forma de opressão estatal dirigida contra as liberdades dos seus cidadãos e dos povos coloniais.

Em relação às guerras de África, o documento recorda que Salazar dirige três das mais sangrentas guerras coloniais da história contemporânea, verdadeiras guerras de extermínio, isto indepen-

Um caso de corrupção

Corrupção, escroqueria e delação são qualidades compatíveis e reúnem-se com grande frequência. Onde se encontrar uma delas pode-se perfeitamente colocar em hipótese a existência de ambas as outras. Exemplo: Lucas chefe dos contínuos do Instituto Industrial de Lisboa, recebeu do pai de um aluno dez contos para que este fosse aprovado na cadeira de Física. Lucas, segundo consta, deu metade da importância a Queiroz de Souza, professor de Física e ficou com o resto. Veja-se: Lucas, além de contínuo e de mais é informador da PIDE e inimigo da Associação de Estudantes; Queiroz de Souza, o professor, é um fascista militante, também inimigo e perseguidor do movimento estudantil no I.I.L. Quanto ao pai do aluno... bom, o pai do aluno é presidente da Câmara Municipal de Évora... Fascistas, está tudo dito!

**OUÇA A RÁDIO
PORTUGAL LIVRE**

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A
SERVICO DO POVO
PORTUGUÊS**

(Continua na pág. 7)

EM DEFESA DOS PADRES ANGOLANOS

O Arcebispo de Conakry Condena o Fascismo Português

A revista "Informations Catholiques Internationales" publicou recentemente um notável documento do arcebispo de Conakry sobre a situação dos padres angolanos que se acham praticamente presos em Portugal por não concordarem com as teses colonialistas do governo de Salazar.

As palavras de Dom Tchidimbo tiveram, como era de esperar, uma imensa repercussão em África e, de modo geral, entre os católicos de todo o mundo. No Brasil, a pastoral do ilustre antistite foi divulgada por "Documentos — Suplemento quinzenal de notícias da Igreja Universal", que se edita em São Paulo. Sob o título Dom Tchidimbo e a Angola de Salazar, "Documentos" reproduziu a íntegra da carta do arcebispo guineense, precedendo-a de uma breve introdução, sublinhando que "o problema gravíssimo de Angola somente possível de um novo Vietnam, está sendo levantado".

A carta é do seguinte teor:

"A 11 de Dezembro de 1966 faleceu em Portugal, Mons. Manuel Mendes das Neves, padre angolano exilado pelo governo de Salazar e, coisa curiosa, os jornais e revistas católicas mencionaram muito pouco tal ocorrência; esse falecimento não é motivo de orgulho nem para Portugal, nem para o clero português.

Se, depois de quase um ano, voltamos a falar sobre esse triste desaparecimento, não o fazemos em função de Mons. Mendes das Neves como indivíduo, mas porque se trata de um homem: o homem frustrado naquilo que o Senhor lhe deu de mais precioso, a saber: a liberdade.

É nosso dever aqui, denunciar o governo colonialista de Salazar, fundamentado, em grande parte, sobre a força; o que, afinal de contas, nada tem de humano, menos ainda de evangélico, pois age de forma que "nela vêem as pessoas coartada a própria liberdade, quando, pelo contrário deviam ser postas, em condição tal, que se sentissem estimuladas a demandar o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento" (Pacem in Terris).

A parcela rotulada dos cristãos "satisfeitos", durante muito tempo, procurou justificar integralmente o colonialismo: o que nos parece um pouco exagerado. Certamente, de nossa parte, sectarismo algum nos fará dizer que o colonialismo foi totalmente mau; a probidade intelectual mais elementar obriga-nos, pelo contrário, a admitir que "as estruturas estabelecidas (pelos colonizadores) permanecem e fizeram retroceder a ignorância e a enfermidade, estabeleceram comunicações benéficas e melhoraram as condições de vida" (Populorum Progressio, 7).

Mas, a mesma honestidade de espírito nos leva a não negar que o colonialismo teve seus defeitos, dos quais as sociedades colonizadas se ressentem ainda hoje; e mais, a acrescentar que há ainda povos sob dominação colonial cujas elites clarividentes e desejosas de se desembaraçar do jugo colonial são rotuladas com a etiqueta "cripto-comunista", ao mesmo tempo que são combatidas e deportadas como tais pelas potências dominadoras.

ÉLE NÃO QUERIA MAIS QUE A LIBERDADE DE SEU PAÍS...

Este foi o caso de Mons. Manuel Mendes das Neves, exilado para Portugal desde 1961. Se, enquanto vivo, jamais lhe foi concedida autorização para deixar Portugal para vir à terra natal, tal graça não lhe será concedida depois de morto, se bem que, é necessário mencionar, o arcebispo de Luanda, não deixou de pedir às autoridades portuguesas a transferência, para Angola, de seus restos mortais. Quando ele foi detido em Angola para ser deportado para Portugal em 1961, Mons. Mendes das Neves era decano do Capítulo da Catedral de Luanda e vigário geral da mesma arquidiocese. O motivo principal da acusação a seu respeito foi que Mons. Mendes das Neves era, supostamente, o chefe dos terroristas angolanos e detentor ilegal das armas destinadas aos terroristas. Mas o cerne do problema era o fato de Mons. Mendes das Neves desejar apenas a independência de seu país: aspiração das mais legítimas. Fazendo isto, Mons. Mendes das Neves se mantinha na linha tradicional da Igreja, que constata que "todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência" (Pacem in Terris).

Efetivamente "à medida que o homem se torna consciente de seus direitos, germina, como que necessariamente nêta a consciência de obrigações corresponden-

tes: no titular de direitos, o dever de reclamar esses direitos, como expressão de sua dignidade; nos demais, o dever de reconhecer e respeitar tais direitos" (Pacem in Terris).

Se era dever das nações mais desenvolvidas de responder ao apelo dos países menos favorecidos, e mais, anteceder até esse apelo, não para dominá-las, explorá-las mas para ajudá-las a se reencontrarem, essas mesmas nações não deveriam jamais ter perdido de vista o caráter essencialmente caduco de sua missão.

O colonialismo é, por isto, limitado no tempo, sendo sua finalidade última, precisamente, "contribuir para desenvolver nos outros o senso de responsabilidade, o espírito de iniciativa e o empenho em tornar-se protagonistas do próprio desenvolvimento em todos os campos" (Pacem in Terris).

O direito à liberdade é um bem fundamental, de que ninguém tem o direito de se despojar. Mons. Mendes das Neves, por toda a vida não havia desejado senão esta liberdade para seu país; eis porque ele foi deportado e posto em liberdade vigiada no noviciado dos Padres Jesuítas de Braga, no seminário de Torre-Santelo. E Mons. Mendes das Neves morreu nesse seminário que o recebera: foi enterrado em sigilo, noite alta, num pequeno cemitério de aldeia.

MAIS OITO PADRES DEPORTADOS

Esta desapareição de um membro eminente do clero angolano leva-nos a romper o silêncio para denunciar ao mundo livre que Portugal detém ainda ilegalmente oito padres angolanos, citados para prisão administrativa em Portugal, pelo único crime de querer ser o que são por nascimento, a saber: Angolanos e não Portugueses.

Todo o mundo conhece a política de assimilação praticada por Portugal, que não pode pensar, muito menos admitir, por um instante sequer, que suas colônias possam aspirar à independência; e perdura ainda essa obstinação, que provoca a vergonha e a humilhação dos homens de boa vontade, profundamente católicos; o Cristo, com efeito, quiz todo mundo livre, em virtude de um desenvolvimento pleno e total.

Restam ainda oito padres angolanos em Portugal, que são: — O pe. Franklin da Costa, cônego da Catedral e antigo redator-chefe do jornal católico "O Apostolado", exilado em Braga; também o pe. Alfredo Osório, Superior da Missão Pio X, que depois de ter sido ocultado durante seis meses, vive hoje em liberdade vigiada junto aos padres do Espírito Santo, no Seminário das Missões do Espírito Santo, em Viana do Castelo. — Pe. Gaspar Domingos, pároco de Muxima, santuário marial da Angola do Norte; esse padre padeceu torturas e seis meses de detenção antes de ser confinado na própria Lisboa. — Pe. Martinho Samba, antigo vigário de Samba, um dos bairros de Luanda; ele conheceu pauladas e seis meses de prisão. Atualmente Pe. Martinho está em liberdade vigiada no convento dos franciscanos de Braga.

É preciso assinalar igualmente o Pe. Joaquim de Andrade, antigo chanceler da Arquidiocese de Luanda, aprisionado por seis meses, sob a acusação de trocar correspondência regular com seu próprio irmão Mario de Andrade, chefe de um dos partidos de libertação de Angola, atualmente em Argel. Pe. Joaquim de Andrade, à saída da prisão foi deportado para a ilha do Príncipe, no Golfo da Guiné, depois foi devolvido à prisão, e, à saída foi posto em liberdade vigiada na abadia beneditina de Singeverga; éle expe-

rimentou uma terceira vez a prisão por um período de doze meses e depois foi posto em liberdade vigiada em Ponte de Sôr de onde voltou uma quarta vez à prisão e, finalmente foi confiado aos padres Missionários de Cucujães. Antigo aluno da Universidade Gregoriana de Roma, o pe. Joaquim de Andrade está hoje em liberdade vigiada em Vilar do Paraíso — Pôrto.

Não se pode omitir o Pe. Alexandre do Nascimento, antigo professor de Teologia Dogmática no Seminário de Luanda, e hoje em Lisboa, rua São Felipe Neri, 80. Pe. Alexandre do Nascimento foi encarcerado sob acusação de jamais ter querido se declarar português; está exilado desde 1961.

Há também o pe. José Vicente, ex-aluno da Universidade Gregoriana e ex-professor de filosofia no Seminário Maior de Luanda; vive no exílio desde 1961 na Igreja da Madalena em Lisboa.

Finalmente o pe. Lino Guimarães, da Missão de Quibala. Preso Quinta feira Santa do ano de 1961. Pe. Guimarães foi torturado por agentes da polícia de Salazar e enviado em liberdade vigiada primeiramente junto aos padres capuchinhos e atualmente à Rua Jacinto Nunes, 23 — Lisboa.

Todos esses nomes foram enunciados para permitir àqueles que não queiram crer nesta dolorosa história, de ir verificar no próprio lugar o que acabamos de enumerar.

O aspecto mais crucial dessa triste detenção é que os padres angolanos no exílio são quotidianamente vigiados por seus colegas de sacerdócio, os padres portugueses, dos quais alguns não escondem suas idas e vindas à polícia secreta do Estado.

A CRUZ E O ESTANDARTE

Assistimos assim, a uma confusão total entre a Cruz e o Estandarte.

Não se pode senão deplorar esse estado de coisas, e deixar de ter apreensões pela vida futura desta Igreja de Angola, que o governo de Salazar privou de seu melhores filhos, enviando-os para embolorar nas casas "piedosas" de Portugal.

Se não for trazido remédio para esta injustiça gritante, ainda seja pela intervenção da própria hierarquia portuguesa, não haverá lugar para espanto se um dia os naturais do país — se tal já não acontece — venham a acusar a Igreja de cumplicidade com o governo de Salazar.

É preciso com efeito, evitar esquecer de que dois partidos de Angola vivem exilados: O MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) e a UPA (União dos Povos de Angola).

A UPA tem sua sede em Kinshasa e seu chefe é Holden Roberto, um protestante; o vice-presidente é um católico chamado Rosário Neto. A maior parte dos dirigentes desse partido são protestantes, sendo que contam, em suas fileiras de militantes pessoas de diferentes religiões. A UPA é hostil a respeito da Igreja Católica, tanto mais que muitos membros influentes desse movimento são ex-seminaristas cujo desgosto por Portugal é sem limites.

O MPLA, cuja sede é em Brazzaville, tinha por secretário o General Mário de Andrade, hoje em Argel, no melo do comité de coordenação dos movimentos de Libertação; o presidente é o Dr. Agostinho Neto, protestante; o vice-presidente o Rvmo. Domingos da Silva, pastor protestante.

Se este último movimento parece menos hostil a respeito da Igreja, éle permanece entre tanto, indiferente. Mas tal indiferença pode, pela deteriorização da situação atual, se converter, um dia, em hostilidade combativa.

Assinalemos, para complemento de informação que o MPLA é o movimento da elite angolana; no seu seio encontram-se médicos, engenheiros, ex-seminaristas, e outros ex-universitários.

A UPA e o MPLA são então dois movimentos que lutam pela independência de seu país, e os padres angolanos enviados a exílio em Portugal não são cripto-comunistas, como a propaganda de Salazar, queria fazer crer; eles são essencialmente e a justo ti-



O presidente da FRELIMO, dr. Eduardo Mondlane, visita uma base militar do Movimento, na Província de Cabo Delgado, hoje parcialmente controlada pelos patriotas moçambicanos.

tulo, nacionalistas que amam sua pátria e desejam também, para ela, a liberdade total.

ESCU-TAI A IGREJA DA GUINÉ

A Igreja da Guiné, engajada há muitos meses na via sacra da expiação de certos erros do passado, não pode permanecer indiferente à penosa situação atual da Igreja de Angola. Portanto, ela acredita ser seu dever alertar o episcopado português para uma ação positiva a ser empreendida a favor desses padres angolanos que serão, no futuro, responsáveis espirituais por sua pátria livre.

Que se nos perdoe por não poder mencionar, por motivos evidentes, nossas fontes de informação, mas podemos assegurar a nossos prezados leitores que essas informações são seguras.

Portugal, como já dissemos, tentará, para justificar sua política colonialista, mistificar a opinião mundial adiantando que são os comunistas que desejam a independência de Angola. Que existam comunistas para querer explorar uma situação tal, seria necessário ter uma grande dose de inocência para negar; mas, o movimento de libertação dos povos é um fato atualíssimo e irreversível. Assim, por bem ou por mal, será necessário que o Governo de Salazar se convença ante a evidência e termine por admitir que o período colonial está definitivamente ultrapassado; e o mesmo para todas as nações; sem exceção da sacrosanta nação portuguesa.

Certamente, Lisboa tentará impedir que o Vaticano intervenha neste sombrio assunto, evocando a existência de uma concordata entre a Santa Sé e a própria. Entretanto, a Igreja do Cristo não saberia se contradizer, ela que

acaba de reafirmar, pela pena de seu primeiro representante na terra, o Papa Paulo VI, que as organizações multilaterais e internacionais devem fazer todo o possível para permitir "aos povos ainda subdesenvolvidos sair dos atoleiros em que parecem estar encerrados e descobrir por si mesmos, dentro da fidelidade ao seu peculiar modo de ser, os meios para seu progresso social e humano". (Populorum Progressio, n.º 4).

O mundo livre deve trabalhar, efetivamente, para que desapareça para sempre o colonialismo e suas sequelas; esta exigência, o Soberano Pontífice, o Papa Paulo VI sublinhou-a em termos que não poderiam ser mais explícitos: "A solidariedade mundial, cada dia mais eficiente deve permitir a todos os povos chegar a ser por si mesmos artífices de seu destino. O passado foi marcado demasiadamente recentemente por relações de força entre as nações; dia virá em que as relações internacionais levarão o cunho do mútuo respeito e da amizade, da interdependência na colaboração e da promoção comum sob a responsabilidade de cada um.

Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. É reclamação legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la" (Populorum Progressio, 65).

Quanto a nós mesmo, esperamos alegremente a alvorada que devolverá ao país de seus ascendentes, os padres angolanos e outros exilados políticos, para celebrarem com seus compatriotas e com a África inteira, o Ano I da liberdade reencontrada".

Raymond Marie Tchidimbo

LUTAS POPULARES

COSTA DA CAPARICA — Cerca de 500 trabalhadores rurais da região conhecida como Terras, da Costa da Caparica acabam de conquistar após prolongada luta o horário das oito horas de trabalho. Trata-se de uma área dedicada a produção de hortaliças e outros legumes cujos proprietários são quase todos pequenos e médios camponeses. Precisamente porque a maioria é de origem alentejana, tem uma larga experiência de luta organizada.

Sabia-se que esses camponeses se vinham organizando e que a unidade entre eles era quase perfeita. Mesmo assim os acontecimentos tomaram um rumo que surpreendeu as autoridades e deixou a população da Caparica cheia de jubilo. No dia 3 de Março, à noite, principiaram a estourar foguetes em vários pontos, convocando os trabalhadores para uma reunião nuns terrenos baldios. No dia seguinte, de madrugada, novos foguetes. Desta vez, o objectivo era avisar todos os interessados de que ninguém devia pegar no trabalho a menos que os patrões concordassem com o horário das oito horas. A reação dos empregadores não foi uniforme. Mas

o comportamento dos trabalhadores excedeu toda a expectativa. A greve foi a norma onde quer que o patrão se recusou a aceitar a reivindicação das oito horas. A P. S. P. foi chamada pelos agrários mais renitentes e prendeu sete trabalhadores e um comerciante local. A manobra de intimidação, entretanto, falhou. Ante os protestos dos camponeses, os presos foram libertados (excepto o comerciante que acabou sendo entregue à PIDE). Decorrida uma semana, a jornada de oito horas foi aceite em toda a região. A unidade e a combatividade de um punhado de camponeses tornou possível uma vitória na qual poucos acreditavam semanas antes.

SECHERON — No início do ano os trabalhadores desta empresa foram aumentados em 12,5% após uma luta tenaz. O pessoal vinha exigindo 15% e a empresa, que inicialmente se mostrava renitente, apenas queria conceder um reajustamento insignificante. Ante a combatividade e a decisão dos operários acabou oferecendo 10% e, como visse, que as suas propostas não eram aceites, teve de dar os 12,5%.

Pela amnistia e contra a repressão

Solidariedade a Aida Paula

A farsa de julgamento da militante operária Aida Paula, recentemente iniciada pelo chamado Tribunal Plenário de Lisboa, está dando lugar a um vastíssimo movimento de solidariedade nacional e internacional que coloca Salazar e o juiz-policia Alameda Moura, por ele designado presidente daquele "tribunal", no banco dos réus.

Dezenas e dezenas de telegramas, cartas e abaixo-assinados já foram enviados ao presidente do Tribunal Plenário exigindo a absolvição e a libertação de Aida Paula. A seguir indicamos algumas das acções de solidariedade que chegaram ao nosso conhecimento e que constituem, por si só, um incentivo para que outras iniciativas sejam tomadas em defesa da vida preciosa da heroica operária, presa pela terceira vez em julho p.p. e ferozmente torturada pela PIDE durante meses.

ACÇÃO DA FIDIF

A Federação Democrática Internacional das Mulheres conta-se entre as organizações que mais se têm empenhado na defesa da vida de Aida Paula. No seu Boletim "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES — Notícias breves", de Março de 1968, a FIDIF faz um apelo urgente a todas as organizações femininas e às mulheres de todos os países no sentido de salvar AIDA PAULA e SOFIA FERREIRA e de apoiarem a luta dos patriotas portugueses pela democracia e pela liberdade, exprimindo a sua solidariedade com estas corajosas combatentes e exigindo a sua libertação imediata. Ao mesmo tempo, a FIDIF denunciava, em telegrama à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas "as torturas e regime de isolamento infligido à patriota Aida Paula, assim como a prisão e medidas de segurança aplicadas a Sofia Ferreira e numerosos democratas portugueses" e em nome de milhões de mulheres de todos os continentes apelava para que aquela Comissão das Nações Unidas exigisse das autoridades fascistas "a cessação das torturas e a libertação de Aida Paula e de Sofia Ferreira, assim como de outros patriotas encarcerados".

A FIDIF dirigiu também o seguinte telegrama ao "presidente" Tomaz:

"A imprensa e rádio internacionais difundem continuamente informações revelando profundos atentados aos direitos da pessoa humana e medidas repressivas brutais são exercidas em Portugal. A Federação Democrática Internacional das Mulheres protesta novamente contra as perseguições a centenas de democratas. Exprime a sua profunda inquietação perante tratamento desumano infligido nas prisões portuguesas e indigna-se perante o doloroso exemplo da prisão, pela terceira vez, de AIDA PAULA, pela sua acção resoluta em favor da democracia e da liberdade da sua pátria e que continua submetida ao regime de isolamento e torturas, desde a sua detenção, pondo em perigo a sua vida. Condena torturas e medidas de segurança aplicadas correntemente a numerosos presos políticos, entre os quais mulheres como Sofia Ferreira, que conta mais de 10 anos de prisão. Em nome de milhões de mulheres de todo o Mundo a FIDIF exige a libertação imediata de AIDA PAULA, SOFIA FERREIRA e de outros democratas presos".

EM FRANÇA

O movimento de protesto contra as torturas e pela libertação de Aida Paula atingiu particular relevo em França. Além de numerosos grupos de emigrados portugueses e da Comissão de Solidariedade aos Presos Políticos, enviaram cartas e telegramas ao presidente do Tribunal Plenário de Lisboa reclamando a libertação de Aida Paula as seguintes organizações francesas: Confederação Geral do Trabalho — C. G. T., União Nacional dos Estudantes de França — UNEF União das Mu-

lheres Francesas, Socorro Popular Francês, e Secção de Vincennes do PCF.

O Comité Francês pela Amnistia em Portugal tomou a iniciativa de recolher assinaturas entre os intelectuais franceses para um telegrama dirigido ao presidente do Tribunal Plenário de Lisboa exigindo a absolvição de Aida Paula. Assinaram este telegrama as seguintes personalidades: Laurent Schwartz, professor da Sorbonne; Aberlenc, pintor; Wladimir Pozner, escritor; Jean Mercure, diretor de teatro; Max Brezol, editor; A. Gillot, mãe de St. Denis; Roger Cevaer, advogado; Louis Daquim, cineasta; George Besson, crítico de arte; Mac Saint-Socus, pintor; Bierge, pintor; Max Amado, advogado; David Lambert, advogado; Beja, pintor; Saydon, pintor; René Chav, escritor; Waldemar George, crítico de arte; Gullevic, poeta; Jean Cassan, escritor; Maurice Vogé, pastor; Jean Rollin, crítico de arte; Jean François Dominique, jornalista; Angeline Dominique, advogada; A. Adamov, escritor; René Allio, cineasta; Joseph Kessel, escritor e membro da Academia Francesa; Dalatte, secretário geral da "Société Anatole France" e escritor.



AIDA PAULA

A Mairie (Prefeitura) de St. Denis, em nome da municipalidade, do Conselho Municipal e da população desta cidade, que conta milhares de portugueses emigrados, enviou também um telegrama ao presidente do Tribunal Plenário de Lisboa reclamando "a absolvição e libertação da corajosa operária Aida Paula e de todos os presos por razões políticas". Um abaixo-assinado dirigido ao mesmo juiz do Plenário, exigindo a absolvição de Aida Paula, circula na cidade de St. Denis, contando já milhares de assinaturas.

Pela libertação de Ligia Calapez

Respondendo ao nosso apelo os estudantes secundaristas de S. Paulo iniciaram um movimento pela libertação da jovem Ligia

Calapez Gomes que, como noticiamos em nosso numero anterior, continua presa apesar de já ter terminado, em Outubro de 1967, a pena a que foi condenada pelo Tribunal Plenário de Lisboa.

O movimento pela libertação de Ligia está obtendo o melhor acolhimento em todos os colégios de S. Paulo, onde os estudantes da Frente Estudantil Secundarista tomaram a seu cargo divulgar a gravidade da situação em que se encontra aquela jovem anti-fascista, recolhendo ao mesmo tempo assinaturas para um documento endereçado ao Ministro da Justiça de Salazar onde reclamam a imediata libertação de sua colega portuguesa. Eis o texto do documento, já assinado por centenas de estudantes secundaristas de S. Paulo:

"Senhor Ministro da Justiça Lisboa — Portugal

Os abaixo assinados, estudantes integrados na Frente Estudantil Secundarista do Estado de São Paulo, tendo tomado conhecimento da situação em que se encontra a sua colega portuguesa LIGIA CALAPEZ GOMES vêm junto de vossa Excelência manifestar, em primeiro lugar, a mais viva indignação pelos maus tratos de que a mesma foi vítima por ocasião da instrução do processo que lhe foi instaurado pela Polícia Política Portuguesa (PIDE).

Infelizmente, segundo notícias divulgadas pela imprensa de nosso país, as ilegalidades e arbitrariedades de que foi vítima LIGIA CALAPEZ GOMES não terminaram. As referidas notícias informam-nos de que, apesar de ter terminado a pena a que foi condenada injustamente, LIGIA CALAPEZ GOMES continua encarcerada, ao abrigo das chamadas "medidas de Segurança".

Não podemos compreender, Excelência, como uma jovem de 20 anos gravemente doente, com frequentes ataques de epilepsia, possa ameaçar a "segurança do Estado Português".

Em nosso próprio nome e no de dezenas de milhares de estudantes secundaristas brasileiros reclamamos a imediata libertação de nossa colega LIGIA CALAPEZ GOMES e de todos os presos políticos portugueses".

A prisão de Raul Rêgo

LISBÓA, 14 de Maio — (Reuters) — Foi transferido para a penitenciária política de Caxias o conhecido jornalista Raul Rêgo, detido na última sexta-feira pela PIDE.

Raul Rêgo publicara um livro reproduzindo cartas por ele escritas ao patriarca de Lisboa, nas quais acusa o alto clero de apoiar o regime de Salazar e de silenciar "mesmo quando os censores do governo totalitário mutilam documentos papais". O livro foi apreendido e o jornalista, detido. Até o momento não foram explicados os motivos de sua prisão. De acordo com a lei de segurança nacional, o Estado pode manter presos sem culpa formada durante noventa dias.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

ANGOLA FRETE LESTE-1

UM MÉDICO PARA 60.000 HABITANTES

AMÉRICO BOAVIDA

"Portugal Democrático" inicia neste número a publicação de uma série de artigos do Dr. Américo Boavida sobre as condições médico-sanitárias em que vivem as populações do leste e do sudeste angolanos quando o M.P.L.A. abriu a chamada III Frente. Américo Boavida, autor do livro "Angola, Cinco Séculos de Exploração Portuguesa", é um médico distinto e assiste-lhe especial autoridade abordar o tema, pois acompanhou nessa qualidade as forças armadas do M.P.L.A. do qual é um destacado dirigente na guerra libertadora que vêm travando nesses territórios esquecidos da fronteira angolana.

A III Região do M. P. L. A., estende-se hoje por uma superfície de mais de 400.000 km², cobrindo a quase totalidade do centro leste (Moxico) e do sudeste (Quando-Cubango) do território angolano.

Regiões de terras arenosas e florestas densas, acha-se cortada por uma infinidade de cursos de água, e sujeita durante grande parte do ano, na estação pluviosa (de Novembro a Abril) a grandes trombas de água e vágua de calor. A estação seca prolonga-se de Junho a Setembro, e caracteriza-se por duas fases distintas. A primeira nos meses de Junho e Julho é fria e seca, com temperaturas que descem abaixo de zero graus centígrados. A segunda fase caracteriza-se por ventos fortes que despem as árvores e arrastam tempestades de areia.

Os povos que hoje se distribuem pelo centro leste de Angola, são originários dos reinos da Lunda. Em migrações sucessivas, parece terem atingido as terras do Moxico actual, por volta dos meados do séc. XVII. Vários grupos étnicos partilham esta parte do território, dentre os quais os Tschokwê, Luena, os Lovale, os Lutchaz, os Bunda, aparecem em maior percentagem.

Numa primeira fase da sua evolução histórica, as estruturas sociais destes povos achavam-se assim definidas: as terras dos diversos reinos eram pertença do Soba. Os cultivadores são recrutados entre os habitantes dos sobados e povoados circunvizinhos, e trabalham a terra "gratuitamente". Numa fase posterior, o Soba distribue parcelas das terras aos seus súditos que lhe reservam, porém, obrigatoriamente, uma parte importante das suas colheitas. A caça é interdita e quando não praticada pelos vassallos do soba é pertença deste, no todo ou em parte. A autoridade do Soba é total. Decide da paz e da guerra, possui escravos, — que obtém não só dos inimigos vencidos, mas também por dívidas não saldadas, presos por delitos comuns, etc. — Conhecem a forja e trabalham o ferro, que empregam em lanças, zagaias e utensílios domésticos, especialmente nos machados.

Estes Povos devem ter atingido as terras do centro leste de Angola, numa etapa já de transição da sua evolução histórica. Com efeito, em meados do séc. XVIII, achavam-se já em condições de satisfazer não somente o mínimo das suas necessidades vitais, ainda que em trabalho comum, mas também o desenvolvimento das suas forças de produção permitia-lhes explorar os trabalhadores das terras, os escravos, factos que atestam terem ultrapassado já a etapa comunitária primitiva. Por outro lado, o facto de conhecerem e trabalharem com instrumentos de produção em que utilizavam o ferro, a existência embrionária de uma divisão de trabalho (agricultura, pesca, criação de gado, artesanato, etc.) pressupõe efectivamente que as estruturas sociais destes Povos se orientavam para uma etapa mais desenvolvida, quando se estabelecem os primei-

ros contactos com os colonialistas portugueses, em fins do séc. XVIII princípios do séc. XIX, data em que "os mercadores de escravos de Benguela atingiram o reino de Barotsé no alto Zambeze e abriram uma nova via para a África Central". (*)

Este acontecimento marca o início da liquidação das estruturas sociais e económicas destes Reinos, e a regressão da sua evolução histórica até aos nossos dias.

O comércio de escravos não teve entre os Povos do centro-leste e do sudeste de Angola a gravidade que atingiu nos Povos marítimos do noroeste — os Kikongo na baía do Zaire ou Congo, e os Kimbundo na baía do Cuanza — na liquidação das estruturas económicas e sociais dos respectivos Reinos.

Este papel esteve fundamentalmente desempenhado pelo trabalho forçado. "Nos meados do séc. XVIII, (...) os pretos deixavam de merecer interesse como mercadoria a exportar, mas passavam a te-lo como braços capazes de arrancarem do solo e do sub-solo as matérias primas e minerais" (*).

Aqui é o trabalho forçado que está na base do êxodo maciço das populações desta parte do território angolano para os países vizinhos. São as práticas desumanas do "contrato" das autoridades coloniais a causa da hemorragia demográfica provocada pela deportação de centenas de milhares de homens para as plantações da colónia, e para as minas da Lunda, do Katanga, das antigas Rhodésia do Norte e Rhodésia do Sul, e para a União Sul-Africana.

As estruturas e o património desses Reinos do centro-leste e do sudeste não resistiram aos efeitos dessa nova "condição humana muito pior que a escravatura" (*).

A este flagelo vem juntar-se o abandono a que se encontram votados desde sempre, no campo da saúde, as populações africanas pelos sucessivos governos da colónia.

"Em Angola nunca se prestara assistência médica aos indígenas (...). O fim dos Serviços Médicos Oficiais, na fase da ocupação militar (1900/1920) era prestar socorros às tropas em campanha e depois estender esses cuidados aos funcionários e colonos europeus, mais ao seu pessoal doméstico" (*).

O Estatuto Fundamental da Assistência aos indígenas, aparece com o diploma legislativo, n.º 452, em 1962, sendo alto Comissário o Coronel Vicente Ferreira. Porém, a cobertura médico-sanitária colonial circunscreve-se unicamente aos centros de colonização branca, que nesta Região totaliza cerca de 3.800 colonos.

No Moxico (Luso) funcionam dois hospitais, um do Estado e outro dos Caminhos de Ferro de Benguela, dirigidos cada um por um médico. Dilóio (Teixeira de Souza), e Camgamba (Vila Aljustrel) beneficiam de um posto médico cada um, servidos por um médico. Mais ao sul, no Menongue (Serpa Pinto), Cuito Cana-

(Continua na pág. 7)

PEQUENAS NOTÍCIAS

Em Coimbra, a FIDE continua empenhada em provocações dirigidas contra os dirigentes da Cooperativa Unita.

O abaixo assinado requerendo eleições para a Associação Académica de Coimbra estava em Abril com mais de 500 assinaturas.

Durante os choques verificados no Aeroporto de Lisboa no dia da partida para São Tomé do dr. Mário Soares, a FIDE agrediu, segundo consta em Lisboa, um funcionário da Embaixada Brasileira. Uma das vítimas da brutalidade da FIDE foi Pedro Vieira de Almeida a quem quebraram três costelas.

O dirigente estudantil MACHADO JORGE (Direito) foi covardemente agredido por oito indivíduos, na Calçada das Necessidades. LUIZ LEITAO (Técnico) foi também agredido por quatro energúmenos que o atacaram com cascoteiros. Ambas as agressões foram organizadas pela FIDE.

Olavo d'Eça Leal, radialista muito conhecido pela superficialidade dos programas que mantém, há longos anos, na rádio lisboeta, defendeu apaixonadamente um dos seus recentes programas «O Olavo fala consigo», no Rádio Clube Português: «a política dos Estados Unidos em relação ao Vietnam, b) a guerra colonialista na África e c) a inevitabilidade da guerra mundial como consequência da existência do campo socialista. Na verdade, idéias tão reaccionárias só podem conduzir a colapso. Hoje em dia ninguém mais perde tempo dando-lhes réplica».

Angola, Frente Leste...

(Continuação da pág. 6)

...e Mavinga, um pequeno hospital, com um médico. Ao todo esta extensa parcela do território angolano dispõe de 8 médicos, — que corresponde, teoricamente, a 1 médico para cerca de 60.000 habitantes e por 50.000 km². Teoricamente, porque na prática estas palavras de Norton de Matos refletem ainda hoje o panorama médico-sanitário de Angola: "sobre os milhões de indígenas, imersos nos mais fantásticos preconceitos, práticas e superstições, no que respeita à Saúde e à Higiene, não se derramava a menor gota de assistência médica. Abandonados a si mesmos, aos seus curandeiros, e feiticeiros, as doenças e epidemias levavam por vezes aldeias inteiras" (sic.) (*)

Lucusse, Lumege, Cazombo, Hulê, Alto Cuito, Cangamba, Chilume, e Ninda dispõem de pequenos postos sanitários tendo à frente um auxiliar de enfermagem. Alguns destes Postos recebem uma ou duas vezes por ano a visita de um médico! o médico da Missão protestante da Caxeta (distrito do Bié) visita, por exemplo, o Alto Cuito, no distrito do Moxico... etc.

Nas regiões mais atingidas hoje pelas acções político-militares do MPLA, vários destes Postos deixaram de funcionar. Assim o posto sanitário da Missão protestante de Luvel (perto de Luatembó) encontra-se abandonado. Por outro lado, os Postos Rurais, dirigidos por um auxiliar de enfermagem, — e que haviam sido criados no âmbito das pseudo-reformas coloniais — foram encerrados.

Toda a actividade resume-se, às populações levadas à força para os campos de concentração que encontram próximos dos aquartelamentos militares de Dilolo Teixeira de Souza, Moxico (Luvel), Cazombo, etc. e essa mesma quase inexistente.

David Birmingham, The Portuguese Conquest of Angola, Oxford University Press, London — New York 1965, pag. 50.

(*) Norton de Matos (Governador Geral de Angola, 1912/1915, Alto Comissário da República, 1921/1924). Memórias e Trabalhos da minha vida, III vol., Ed. Martim de Albuquerque, 1944, pg. 139.

Dr. Damas Mora (Director dos Serviços Médicos de Angola), 1921/1936.

- Sob o título «Subversão e Acção Psicológica», o n.º 182 da Revista «Policia Portuguesa» insere um artigo em que, após um amontoado de diatribes sobre a guerra colonial, se recorda a péssima situação económica do pessoal da PSP.
- Apesar de todos os obstáculos levantados pelas autoridades fascistas, o Cine Clube do Porto promoveu em Dezembro uma Semana de Estudos sobre o Cinema Português que foi considerada a realização cultural mais importante do sector nos últimos anos.
- A imprensa europeia comentou jocosa e recentemente entrevista do ministro Franco Nogueira em que esse porta-voz de Salazar se manifestou apavorado com a perspectiva da penetração da esquerda soviética no Oceano Índico, onde, assinala-se, não há um só navio da URSS.
- Centenas de trabalhadores portugueses participaram do desfile do 1.º de Maio em Paris, manifestando-se contra o fascismo salazarista e a guerra colonial.
- Perspectivas, órgão do Conselho Mundial da Paz, transcreveu no seu número de Março um artigo sobre o colonialismo português publicado pelo «Portuguese and Colonial Bulletin» de Londres.
- O Comité Director do M.P.L.A. editou um pequeno volume em que fixa a sua posição a respeito de várias e importantes questões relacionadas com o problema dos refugiados angolanos.
- Os Comendadores andam às turras no chamado Conselho Superior da Colónia e na Federação dita das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. A «Voz do Dono», fazendo-se eco dessas briguinhas lamenta indignadamente que o aniversário de Salazar tenha sido esquecido. «Este silêncio, escreve, deve-se à nova mentalidade instaurada pelos atuais dirigentes... Brigas de comadres...»
- Em sua edição de 1.º de Maio, o «Correio da Manhã» do Rio de Janeiro a propósito da criação pelo Bazarão e pelo Ministério da Educação de uma comissão destinada a promover a difusão do livro brasileiro, lembra num Editorial que deve ser tentada a conquista do mercado representado pelo que eufemisticamente alguns chamam de «provincias de ultramar», as quais quase nada absorvem da indústria editorial brasileira.
- O pequeno comércio de muitas vilas

NO PARLAMENTO DO CANADÁ

(Continuação da pág. 4)

dentemente do destino especial reservado aos prisioneiros de guerra que lutam nas guerrilhas de libertação. Estas são as guerras esquecidas do nosso tempo, que o mundo não conhece devido à pesada cortina de silêncio que a censura portuguesa impõe, e à convivência, em muitos casos, dos aliados ocidentais. O informe do C. C. A.P. apresenta então muitas provas da brutalidade da guerra colonial salazarista e também das provocações do governo de Salazar para com os outros governos africanos, merecendo-lhe especial atenção o papel desempenhado pelo fascismo português na rebelião de Katanga e na revolta de Biafra. Os mercenários brancos e o material de guerra para estas duas revoluções contra governos legalmente estabelecidos, passaram por Lisboa. A firma Norte Importadora, de Lisboa, é apresentada como a maior comerciante de armas da Europa. O documento refere-se também ao protesto do Senegal contra incursões de tropas salazaristas no seu território, em outubro de 1967, ao pedido de sanções contra Portugal, apresentado pelas nações afro-asiáticas em novembro do mesmo ano, à recusa, por parte do Secretário Geral das Nações Unidas, em visitar as colónias de Angola e Moçambique, devido ao fato de Salazar não lhes conceder a independência; à votação sobre os territórios portugueses, verificada na ONU em novembro de 1967, e no qual, por 82 votos contra 7 e 21 abstenções, foi aprovada uma moção, segundo a qual as guerras de Portugal em África constituem "um crime contra a humanidade e uma grave ameaça à paz e à segurança internacionais". O informe termina, quanto a este ponto, recomendando ao governo canadiano que reveja a sua posição em relação ao voto de novembro de 1967 (em que o Canadá se absteve), que peça a todos os membros da OTAN que impeçam o fornecimento de armas e o uso de

alentejanos atravessa grave crise. Não há compradores. Em Grandola vários comerciantes estão emigrando.

O recente aumento dos transportes ferroviários causou uma onda de descontentamento entre a população. A tarifa geral de passageiros sofreu um aumento de 12,5%. Um bilhete de 2.ª classe de Lisboa para o Porto, que custava 108\$00 passou para 121\$50. Uma assinatura mensal Rosio-Cacém, que custava 173\$00 custa agora 189\$00, e Santa Apolónia-Sacavém passou de 96\$00 para 116\$00. A revolta entre a população dos subúrbios é muito grande.

Corre em Portugal que o Conde de Caria recebeu do governo de Bonn a quantia de 60.000 contos (mais de dois milhões de dólares) como comissão pela sua interferência na compra de armas alemãs pelo governo de Salazar.

Inimigos do povo

Os agentes e informadores da PIDE andam misturados com o povo para melhor o traírem. Andam por lugares normais e ocupam lugares normais para poderem fazer o "serviço" disfarçadamente, para escutar, vigiar e perseguir traiçoeiramente os que atuam em defesa das liberdades e das prerrogativas de cidadania a que todo o povo tem direito. Precisamos conhecê-los, denunciá-los, divulgar tudo o que sirva para os identificar, para que o povo se possa defender.

Neste sentido informamos:

Os carros que circulam pelo país, mais especialmente em Lisboa, com as chapas HI-88-11; IF-66-75; DD-66-51 (Opel); GE-72-28 (Carrinha); DD-84-26 (Simca, de cor clara); CG-21-99 (Volkswagen claro); CI-61-24 (Morris), pertencem a agentes e informadores da PIDE. Cuidado com os seus ocupantes!

Salazar na Imprensa Mundial

(Continuação da pág. 2)

afirma um veterano missionário da Igreja Unida num livro que será publicado no próximo mês. O Reverendo Sid Gildchrist, tem 67 anos e é missionário canadiano, tendo passado 25 anos em Angola. É ele quem escreve que a mutilação e a matança de civis continua sendo praticada em Angola, embora a rebelião de 1961 tenha sido largamente suprimida. Num livro que é prefaciado, de forma aprovativa, por um dirigente da Igreja Unida no Canadá, o dr. Gildchrist apresenta uma condenação pormenorizada daquilo a que chama a flagrante brutalidade portuguesa contra os civis angolanos. (...) "Os sete anos de combate no norte de Angola provocaram manchetes mundiais, mas a história da violência unilateral por parte dos brancos, no sul, ainda não foi contada. É uma história de histeria branca, de terror, de sede pelo sangue africano e de inexplicável brutalidade. No norte, 10 ou 20 africanos foram mortos, por cada branco. No sul, onde não houve mortes de portugueses, milhares de africanos morreram, muitos deles sob tortura". O Rev. Gildchrist viu apenas pequena parte desses crimes, mas observadores contaram-lhe "as inconcebíveis brutalidades praticadas contra africanos do grupo Bantu que foram cercados e abatidos sem julgamento, sem uma possibilidade de dizerem uma palavra em sua defesa e com a mais completa falta da mais rudimentar compaixão humana". O filho do dr. Gildchrist, o dr. Ian Gildchrist, compareceu perante o Comité das Nações Unidas para a Descolonização e acusou Portugal de cometer genocí-

dio em Angola, calculando que cerca de 250.000 pessoas tenham sido mortas violentamente nessa região entre 1961 e 1964. Agora, o pai faz acusações semelhantes, empregando também a palavra genocídio para descrever o que viu. Embora tenha ficado numa zona "sossegada" de Angola, o dr. Gildchrist perdeu 12 amigos íntimos, todos africanos, que foram torturados até a morte ou obrigados a suicidar-se.

THE GLOBE AND MAIL, TORONTO, CANADA, 9 de março de 1968.

AINDA O ASSALTO AO BANCO DA F. DA FOZ

Segundo uma informação divulgada no dia 11 de Abril em de Lisboa, pelas agências noticiosas, a PIDE e a Polícia Judiciária acabam de tornar públicas as conclusões a que chegaram sobre o assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz. O número de elementos ligados à Operação seria de 23, dos quais apenas seis se achariam presos no momento. Nove outros teriam sido libertados pela PIDE. Esta aponta como dirigentes do assalto: Ignácio Palma, Camilo Tavares Mortagua, António Barracosa, Luiz Benavente e Angelo Maria Fernandes Cardoso. Apenas o último está preso, pois os demais acham-se em França.

As polícias salazaristas afirmam ter recuperado um terço do dinheiro.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SECURSAI

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murjcl, 712

LONDRA: Júlio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderstraat — Valaanderstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 357½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Caslla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindriská UL. C.14 Schánka 646 — Praha 1 Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,20
Assinatura anual NCr\$ 3,00

ANO XII — N.º 130 — JUNHO/1968

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Mais protestos contra a deportação de M. Soares

A deportação do dr. Mário Soares para São Tomé continua provocando em Portugal e no Exterior uma onda de protestos. Enquanto se amplia a campanha internacional de solidariedade ao conhecido advogado, deesnvolvem-se no Interior várias iniciativas com o mesmo objectivo.

No Porto, uma petição com várias centenas de assinaturas foi encaminhada ao Governador Civil, pedindo àquele alto funcionário do regime que transmitisse o desejo dos signatários de ver prontamente revogada a medida que impôs o exílio de Mário Soares. O documento salienta que o desterro do combativo democrata "deteriorará ainda mais o clima político, provocando angustia entre os portugueses".

Em Lisboa iniciou-se também um movimento paralelo. Sabe-se, aliás, que o advogado de Mário Soares, o dr. Magalhães Godinho, vai recorrer para os tribunais da decisão do Conselho de Ministros que se traduziu pela deportação. Por outro lado, a atriz Maria Barroso, esposa de Mário Soares, dirigiu ao "presidente" Américo Tomás uma carta de protesto contra a violência policial de que seu marido foi vítima responsabilizando o governo pelas consequências que um clima mortífero como o de São Tomé pode ter para uma pessoa de saúde frágil. Convém lembrar, a propósito, que Mário Soares é diabético. Segundo as notícias que nos chegam de Lisboa, as condições da sua instalação em São Tomé são más. Acha-se hospedado numa pousada — São Miguel — e sob vigilância incomoda, não tendo possibilidade de vir a exercer a sua profissão de advogado.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

Angola

A U. N. T. A. Instala-se na Zona Libertada

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos acaba de seguir o exemplo dado pelo M. P. L. A. mudando a sua sede para o Interior de Angola, numa das zonas libertadas da Frente Leste.

Em comunicado distribuído à Imprensa internacional em Dar-És-Salaam e assinado pelo seu secretário geral, Pascal Levualu, a UNTA, dirigindo-se aos seus militantes, diz: "A luta armada de libertação nacional conduzida pelo nosso povo sob a égide do MPLA, vanguarda da Revolução angolana, atingiu um novo estágio: o controle pelos nossos combatentes das províncias de Moxico e Cuando-Cubango, e das regiões dos Dembbs e Nambuangongo, bem como Cabinda e outras no centro de Angola".

Mais adiante, depois de anunciar a transferência da sede da organização para o Interior de Angola, o comunicado dirige um apelo a todos os quadros residentes no Exterior para que se esforcem no sentido de se reunirem à suas fileiras, para melhor servirem a causa da liberdade e independência do povo angolano.

Moçambique

VITÓRIAS DA FRELIMO

As forças armadas da FRELIMO vêm alcançando sucessivos êxitos na sua luta contra o colonialismo português em todo o Norte de Moçambique. A ofensiva geral desencadeada para eliminar os últimos vestígios do domínio português nas Províncias de Cabo Delgado e do Niassa culminou com a destruição dos postos militares de CHIWAYA, NACATAR, LUSOMA e SIPAKI. Segundo os comunicados da FRELIMO, mais de cem soldados do exercito colonialista português perderam a vida nesses combates, durante os quais foi abatido um avião e destruídos sete veículos militares. Por outro lado, na região de TETE, até agora totalmente controlada pela administração colonial, acaba de ser aberta uma nova frente, com o assalto aos postos de KASSUENDE e MALEVELA.

PORTUGUESES MORTOS

O aumento da atividade militar traduziu-se por um sensível acréscimo de baixas entre o Exército português. Embora sem revelar toda a extensão das derrotas sofridas, o Estado maior fascista não pode esconder as perdas sofridas na frente de combate, pois os sobreviventes ao regressarem aos quartéis fazem relatos que chegam rapidamente à Beira e a Lourenço Marques. Só a lista de baixas relativas a Março p. p. inclui mais de 30 nomes. Ela: Alferes Vitor Garcia Guerra e Luis Nunes; Sargentos Higinio Vieira Cunha e Hoene Mussagem; Cabos João Pimentel, Manuel Manhica, João Meque, Feliciano Cofiane, Antonio Luis, Antonio João dos Santos, Antonio Ribeiro Fernandes, Manuel Correia dos Santos, Fernando dos Santos, Domingos Fialho Silva e Anastácio Risco Valério;

Fuzileiros Manuel Silva e Adelino Octaviano; e soldados Gregorio Vicente, Joaquim Pereira Fernandes, Vitor Manuel Amador, Camilo Ferreira Alves, Manuel Lopes Baptista, José Louro, Manuel Fragata Francisco, Antonio Alves Mota, Antonio Jacinto Macialela, José

Maria Costa Barros, Cesar Simões Alentejeiro, Amadeu Diniz, José Vieira Martins, Jacinto Guerreiro Curtinha, Hernani Gomes Pereira da Silva e Antonio Garcia Ferreira.

É dessa forma que a juventude portuguesa é sacrificada numa guerra criminoso.

Ruy Luiz Gomes

O Departamento de Matemática da Universidade de Dakar resolveu propôr a atribuição do título de Doutor "Honoris Causa" ao Professor Ruy Luiz Gomes. É a notícia que acaba de chegar à nossa redação, que muitos nos regozija e suscita alguns esclarecimentos e comentários.

Ruy Luiz Gomes é um dos maiores matemáticos portugueses contemporâneos. Foi Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, tendo sido demitido, por razões políticas, pelo Governo fascista de Salazar na companhia do seu assistente, o Prof. Alfredo Pereira Gomes, ex-pesquisador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, ex-Professor da Universidade do Recife, e no momento Professor Associado na Universidade de Nancy, em França.

Ruy Luiz Gomes foi destacado dirigente de muitas das mais importantes campanhas contra o fascismo salazarista em Portugal desde o grande movimento do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática) em 1945. Foi então preso pela primeira vez por se ter recusado a entregar às autoridades fascistas as célebres listas de adesão ao M.U.D.. Esta corajosa atitude não foi mais desconfirmada. Ruy Luiz Gomes, desaparecido o M.U.D., torna-se um dos dirigentes mais importantes da campanha à Presidência da República do General Norton de Matos em 1948, para vir a ser o mais destacado dirigente do Movimento Unitário que substituiu o M.U.D.: o M.N.D. (Movimento Nacional Democrático). Como dirigente do M.N.D., Ruy Luiz Gomes conheceu novamente os cárceres salazaristas. É merecedor do seu prestígio de homem de ciência, da sua coragem cívica, de uma extrema coerência entre o seu pensamento e os seus actos que Ruy Luiz Gomes surge, em 1951, como o autêntico candidato do Povo à Presidência da República. A campanha eleitoral realizada sob a ameaça permanente do aparelho de repressão fascista, levou o candidato a ser espancado numa reunião pública, a ponto de ter de ser socorrido em estabelecimento hospitalar. Mais tarde, perante o caso de Goa, Ruy Luiz Gomes, juntamente com a Comissão Central do M.N.D., declara-se publicamente pela auto-determinação dos territórios sob a soberania portuguesa na Índia e pelo direito à independência das chamadas "Províncias Ultramarinas". É de novo preso e julgado num dos sinistros Tribunais Plenários do regime de Salazar. O representante do Ministério Público pede então 45 anos de prisão para Ruy Luiz Gomes. Passa alguns anos nas prisões de

Salazar, até que vem para o Brasil como Professor de matemática da Universidade do Recife.

Na Universidade do Recife já estava então como Professor o seu antigo assistente na Universidade do Porto, Alfredo Pereira Gomes. Já estava também o matemático Manuel Zaluar Nunes, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, demitido pelo fascismo salazarista em 1947, na companhia do seu assistente, o matemático José Morgado. Manuel Zaluar Nunes, depois de longos anos de exílio no Brasil, faleceu há meses vitimado por doença incurável. José Morgado, depois de ter passado alguns anos nas prisões salazaristas, depois de ter sido com Ruy Luiz Gomes, um dos mais destacados dirigentes do M.N.D. (Movimento Nacional Democrático), depois de ter sido espancado na companhia do candidato do Povo à Presidência da República na campanha eleitoral, vem com Ruy Luiz Gomes para Recife, como Professor de Matemática dessa Universidade que, a partir desse momento, com Ruy Luiz Gomes, Manuel Zaluar Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado, e depois com Antonio Brotas, passou a ser a melhor escola portuguesa de matemática. Mas para que a Universidade do Recife pudesse contar com todos os grandes matemáticos contemporâneos, faltava-lhe ter tido, entre poucos mais, o concurso do grande professor que foi Bento de Jesus Caraça, Catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa, demitido pelo Governo fascista de Salazar em 1946, tendo passado pelas prisões salazaristas, para vir a morrer em 1948, aos 47 anos de idade. Faltava-lhe também ter tido o concurso de dois dos maiores matemáticos portugueses que, depois de Doutoramentos brilhantíssimos em Universidades das mais conceituadas do Mundo (Berne e Paris), não foram sequer admitidos nas Universidades portuguesas. Falamos de Hugo Baptista Ribeiro, hoje Professor nos Estados Unidos, e de Antonio Aniceto Monteiro, há longos anos Professor na Universidade de Baía Blanca, na Argentina.

A ditadura fascista de Salazar prendeu, expulsou assim do País todo um grupo de matemáticos que honrava, e honra ainda hoje no exílio, a ciência portuguesa contemporânea. Todos homens de ciência de nível excepcional. Todos cidadãos conscientes dos seus deveres cívicos, dos seus deveres para com a sua Pátria. Todos vítimas do obscurantismo salazarista.

A Universidade de Dakar, ao conferir ao Professor Ruy Luiz



O jornalista sueco Anders Johansson, que publicou recentemente uma série de reportagens sobre a guerra de Moçambique, fala com um guerrilheiro da FRELIMO, numa das áreas libertadas do Norte da grande colónia.

Ultima Hora

Mais um assassínio

A escalada do terror fascista não pára. Em nossa edição de Abril noticiamos o assassinio do militante operário Antonio Luiz Firmino. Agora, segundo notícias que nos chegam dos nossos correspondentes no norte do País, um novo crime foi cometido em Lamego, pela Polícia de Segurança Pública — P.S.P.

O trabalhador rural Herculano Augusto, natural do lugar de Amoreiras, Lamego, foi a nova vítima da fúria fascista. Por condenar publicamente as guerras coloniais, este valente trabalhador foi brutalmente agredido pelo policial Adréga e, à força, levado para a esquadra. Dali sairia menos de meia hora depois, mas já sem vida. O seu corpo, cheio de equimoses e nódoas negras, era um grito de acusação contra as sevícias policiais. Os assassinos, temerosos do povo, levaram à pressa o cadáver para o hospital, onde o sub-delegado de saúde atestou que a causa da morte de Herculano Augusto tinha sido provocada por... uma congestão.

Os assassinos ainda encontraram um médico covarde, que tentou encobrir o seu crime, mas o povo da região não se deixou enganar e acusa a PSP do assassinato.

Gomes o título de Doutor "Honoris Causa" vê nele, sem dúvida, o grande matemático, o grande professor de matemática, cujo nome ultrapassou há muito as fronteiras de Portugal, mas certamente que também vê nele o cidadão ímpoluto, o militante anti-fascista, o militante anti-colonialista, que em momento algum, perante as maiores coações, perante os maiores perigos, deixou que os seus actos desonrassem os seus pensamentos e as suas palavras.

Ruy Luiz Gomes recebendo o título de Doutor "Honoris Causa" na Universidade de Dakar simbolizará o que de melhor existe na ciência portuguesa contemporânea, ao mesmo tempo que simbolizará a Resistência do Povo Português, a Resistência da verdadeira Universidade Portuguesa ao regime fascista e colonialista de Salazar.

Perante este novo crime, cabe aos democratas protestar e exigir o castigo dos assassinos de Herculano Augusto. Mas não somente isto, cabe acima de tudo organizarem-se e unirem-se para derrubar a ditadura e responder à violência fascista com a violência revolucionária.

Quatro pescadores mortos

PORTO (Do Correspondente) — Durante os violentos choques registrados em Matozinhos no dia 1.º de Maio entre pescadores e o aparelho repressivo fascista foram mortos quatro pescadores. Toda a orla marítima, da Figueira da Foz à fronteira da Galiza, se levantou, solidária com as legítimas reivindicações dos pescadores de Matozinhos. A selvajeria da repressão policial faz prever a ampliação e a intensificação da luta da classe piscatória.

Raul Rêgo em liberdade

O jornalista Raul Rego, que havia sido preso no dia 10 de Maio por ter publicado em livro duas cartas endereçadas ao Cardeal Cerejeira foi posto em liberdade no dia 18, segundo um telegrama da Agência France Press distribuído à imprensa brasileira. "Portugal Democrático" publicará em seu próximo número extractos do livro de Raul Rego.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes